

GRÂNDOLA: CONCELHO DE OPORTUNIDADES

DIAGNÓSTICO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2002-2007

RELATÓRIO FINAL- VERSÃO PRELIMINAR

Grupos Intervenientes na Elaboração do Documento:
Núcleo Executivo do CLAS de Grândola



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO LITORAL ALENTEJANO

Grupos de Trabalho

Equipa de Assessoria de Projecto:
Vanessa Duarte de Sousa (Coordenação)
Ana Filipa Correia
Nelson Dias
Isabel Guerra (Consultoria)

NOVEMBRO 2002

ÍNDICE

ÍNDICE

	Página
1. METODOLOGIA	6
2. DIAGNÓSTICO SOCIAL	12
2.1. INTRODUÇÃO	13
2.2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL: uma localização estratégica a potenciar	14
2.2.1. Localização	14
2.2.2. Características Geográficas: Recursos Ambientais, Físicos e Paisagísticos a Preservar	15
2.2.3. Transportes e Acessibilidades: as fragilidades na mobilidade interna e o potencial de ligação exógeno	18
2.3. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS: a inversão de uma tendência e a polarização litoral/interior	20
2.4. SISTEMA PRODUTIVO E DE EMPREGO: uma realidade em mudança	27
2.4.1. Estrutura produtiva em profunda transformação: obras públicas e restauração	27
2.4.2. O turismo, um sector em expansão: ameaça ou oportunidade?	30
2.4.3. O desemprego estabilizado	33
2.4.4. Uma mão-de-obra expectante	35
2.4.5. Qualificação dos Recursos Humanos	36
2.4.6. Uma ausência de expectativas face ao futuro	37
2.5. PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL: capital a preservar e desenvolver	39
2.6. SISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL	40
2.6.1. Grupos de risco e Exclusão: idosos ou dependentes, pensionistas, beneficiários do RMG, crianças e jovens	40
2.6.2. Saúde: fragilidades nos recursos humanos e nos acessos aos serviços	46
2.6.3. Habitação Social: a opção face a um mercado privado inacessível	49

	Página
2.7. SISTEMA EDUCATIVO: condições de acesso desiguais. A concentração de equipamentos na sede do concelho	50
2.8. EQUIPAMENTOS DE DESPORTO E LAZER	52
2.9. RECURSOS INSTITUCIONAIS NO DOMÍNIO SOCIAL: uma diversidade a potenciar para o Plano de Desenvolvimento Social	53
3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	56
3.1. EIXOS DE INTERVENÇÃO	58
3.2. SUB-OBJECTIVOS	63
3.3. PROJECTOS	66
4. MODELO ORGANIZACIONAL	104
5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO	110
6. SISTEMA DE IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO	122

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS

	Página
Quadro 1. Necessidades de intervenção nas Estradas e Caminhos Municipais	20
Quadro 2. População residente em 1991 e 2001, no concelho de Grândola e suas freguesias	22
Quadro 3. Famílias, Alojamentos e Edifícios em 1991 e 2001, no concelho de Grândola e suas freguesias	26
Quadro 4. Quadro de Pessoal ao serviço, segundo o sector de actividade	27
Quadro 5. Taxas de Actividade, 1991 e 2001	28
Quadro 6. População à procura de emprego	34
Quadro 7. Taxas de actividade masculina e feminina, 1991 e 2001 (%)	35
Quadro 8. População inactiva por condição, 1991 e 2001	36
Quadro 9. População segundo o nível de ensino, 2001 (%)	36
Quadro 10. Equipamentos e serviços de apoio ao público Idoso	41
Quadro 11. Nº de utentes servidos pelos equipamentos e serviços	41
Quadro 12. Pensionistas por invalidez e velhice segundo o valor da Pensão	42
Quadro 13. Beneficiários titulares do RMG por tipo de família, Maio 2002	43
Quadro 14. Beneficiários segundo as classes etárias, Maio 2002	44
Quadro 15. Peso dos Beneficiários face à População Total, por freguesia	44
Quadro 16. Recursos Humanos por Grupos Profissionais, Novembro de 2002	49
Quadro 17. Médicos por 1000 Habitantes, 2000	49
Quadro 18. Distribuição dos equipamentos educativos por freguesia	51
Quadro 19. Distribuição dos equipamentos de desporto e de lazer por freguesia	53
Quadro 20. Síntese do Plano de Desenvolvimento Social	102

	Página
Quadro 21. Base de Indicadores e Variáveis do Sistema de Informação de Grândola	113
Quadro 22. Modelo de Avaliação e monitorização do PDS de Grândola	126

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Momentos de Construção do Plano de Desenvolvimento Social	8
Figura 2. Concelho de Grândola	15
Figura 3. Áreas Protegidas (Continente)	16
Figura 4. Conforto Bioclimático (Continente)	18
Figura 5 . Precipitação Total (Continente)	18
Figura 6. Eixos de intervenção	62
Figura 7. Modelo Organizacional para Implementação do PDS de Grândola	106

ÍNDICE DE GRÁFICOS

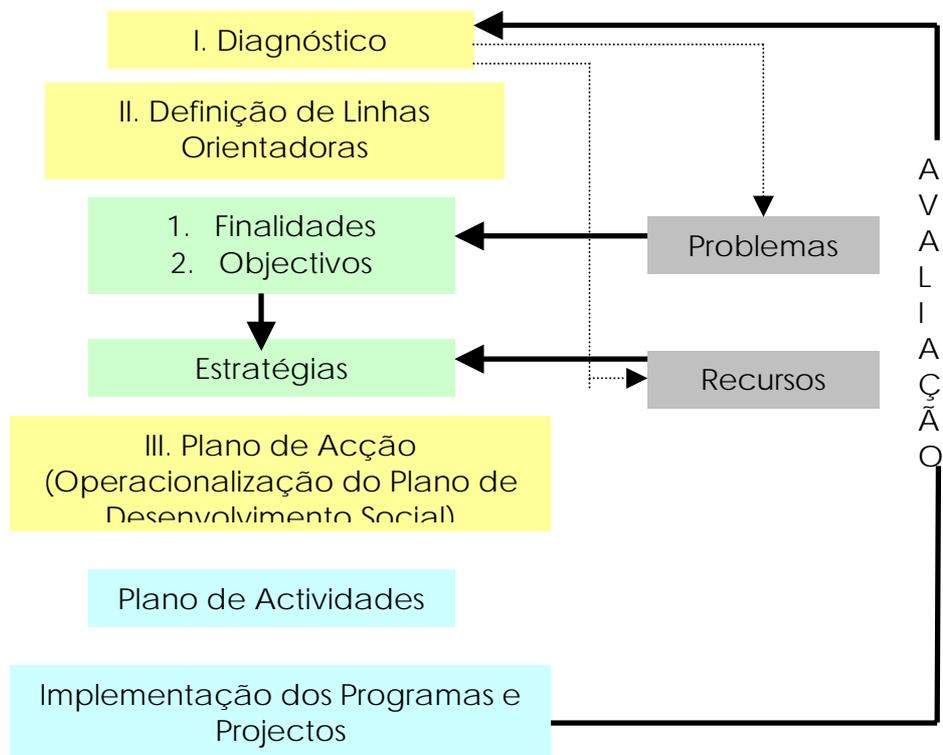
Gráfico 1. Evolução da população 1991/2001, segundo os grupos etários	21
Gráfico 2. Evolução do desemprego, 1991 e 2001	34

1. METODOLOGIA

1. METODOLOGIA

Para a construção do Plano de Desenvolvimento Social são delimitadas três fases fundamentais: i) Diagnóstico; ii) Definição de Linhas Orientadoras; iii) Plano de Acção.

Figura 1. Momentos da Construção do Plano de Desenvolvimento Social



Fonte: IDS (s/d), *Rede Social- Plano de Desenvolvimento Social: Documentos de apoio aos Projectos Piloto*, Lisboa, IDS.

São diferentes os objectivos inerentes a cada uma das fases, a saber:

- i) Diagnóstico: delimitação das grandes prioridades em termos de intervenção, prevendo cenários capazes de captar a evolução das dinâmicas sócio-territoriais;
- ii) Definição das linhas orientadoras: face aos problemas e dinâmicas identificados, definir objectivos e projectos estruturantes para o território que visem a mudança e actuação sobre as causas dos problemas. Engloba a definição das finalidades, ou seja, a grande força orientadora do plano, e as estratégias, que se traduzem nas formas para atingir os objectivos definidos;

- iii) Plano de Acção: Engloba as grandes acções inerentes ao plano, assim como um plano de actividades com delimitação concreta de tarefas, cronogramas e recursos, um plano de avaliação sustentado nas grandes dimensões e indicadores que permitam apurar da pertinência, eficácia, eficiência, coerência na fase de implementação do plano.

Neste âmbito, a Rede Social de Grândola desenvolveu o pré-diagnóstico e diagnóstico inicial, que funcionaram como ponto de partida para a equipa deste projecto. A partir da recolha dessa informação, procedeu-se, posteriormente, à realização de entrevistas aos actores locais e à aplicação de fichas de problemas e SWOT para resposta por parte desses mesmos actores.

i) Entrevista

São considerados cinco objectivos fundamentais subjacentes à aplicação da entrevista aos actores locais: i. explorar indicadores não quantificáveis; ii. avaliar as percepções dos actores, as suas opiniões e posições relativamente à estratégia de desenvolvimento que deve ser seguida para o desenvolvimento do concelho, e quais os projectos estruturantes que devem ser levados a cabo em Grândola; iii. perceber que opiniões têm os actores acerca das opções que se estão a tomar no Concelho de Grândola nas mais variadas áreas de intervenção local e em cada uma das freguesias; iv. percepção sobre a filosofia de intervenção das instituições, e sobre o seu papel na promoção do desenvolvimento local, assim como a identificação da postura institucional na relação com a comunidade envolvente; v. avaliar, por um lado, quais as estratégias políticas que condicionam ou impulsionam o desenvolvimento económico, e por outro, quais as actividades económicas que se revelam preponderantes para o concelho e quais as que revelam algum potencial mas com dificuldades de competitividade, articulando com as características da mão-de-obra local.

O guião foi estruturado em diferentes dimensões e foi aplicado de forma diferenciada aos actores consoante a sua área de intervenção. Se bem que esta opção crie limitações em termos de comparabilidade da postura dos actores para

1. METODOLOGIA

essas mesmas dimensões distintas, constituiu-se como premissa a obtenção do máximo de informação possível.

ii) *Ficha de identificação de problemas/ necessidades no concelho de Grândola e SWOT*

Estas são duas fontes de cariz qualitativo, e também à semelhança da entrevista se bem que, neste caso, não esteja previsto esse tipo de análise, com possibilidade de tratamento quantitativo da informação. No caso da ficha de identificação de problemas procurou-se agrupar os diferentes tipos de problemas/ necessidades e priorizar para intervenção do PDS. A análise do SWOT- matriz em que se solicita a identificação dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades de desenvolvimento do concelho- permite situar a relação necessidades/ recursos, ou seja, quais as fraquezas que o concelho tem vindo a manifestar e que impedem ou constroem o seu desenvolvimento social, confrontando com as mais valias desse mesmo território que lhe dão condições e, que devem ser potenciados para promover esse dito desenvolvimento.

A partir de uma análise complementar de dados estatísticos mais recentes, foi possível construir uma actualização síntese do diagnóstico inicial que se apresenta ao longo do documento.

De modo a definir os projectos que poderão ser estruturantes para o concelho, procedeu-se à realização de uma primeira sessão com o Núcleo Executivo donde surgiram as primeiras orientações de intervenção. Após esse trabalho, houve um encontro entre os grupos de trabalho de forma a ser actualizada informação e estratégias de intervenção. As orientações para o Plano foram, seguidamente apresentadas em sessão de Plenário. Dessa reunião constituiu-se um novo grupo multidisciplinar com o intuito de reflectir estrategicamente sobre o concelho. Com propostas mais específicas por parte da equipa deste projecto, foi possível, numa reunião com este novo grupo reestruturar o Plano que aqui se apresenta. Este documento constitui a fase de transição para a elaboração do último momento previsto - a elaboração dos planos de acção.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

2.1. INTRODUÇÃO

O concelho de Grândola está em profunda transformação, fruto essencialmente da sua localização geo-estratégica marcada, por um lado, por uma apetecível zona de praias de primeira qualidade e, por outro lado, pela abertura da Auto-Estrada do Sul (A2) que faz ligação directa entre Lisboa e o Algarve e que coloca Grândola a pouco mais de uma hora da capital.

Estes dois factores, associados a um território rural e florestal, em pousio mas expectante há várias décadas, tornou Grândola um concelho atraente para o lazer e turismo.

Aos poucos, nas últimas duas décadas o concelho chamou a segunda residência de alguma qualidade e nos últimos anos explodiram as propostas de urbanizações turísticas que, a serem construídas, aumentarão em muito a população residente, a crer nos dados que apontam para a criação de alguns milhares postos de trabalho directos e indirectos (aponta-se a criação de perto de 22 mil camas¹, e somando os dados disponíveis criar-se-ão só no projecto da Imoareia e Herdade do Pinheirinho 6000 postos de trabalho).

O concelho está hoje em profunda transformação e sujeito a forte pressão urbanística na faixa litoral, notando-se, pela primeira vez, nos últimos 20 anos um crescimento populacional.

Estas oportunidades geradas numa região em forte depressão não podem ser desprezadas mas questionam profundamente o modelo de desenvolvimento que se pretende para o concelho: *que fazer da actividade rural? É necessário continuar a procurar investimento industrial? É de apostar forte na indústria do turismo e aproveitar ao máximo as actividades a montante e a jusante que esta induz (do artesanato, à tradição gastronómica e cultural local)?*.

¹ Fonte: Divisão de Gestão Urbanística- CMG. UNOR 1- Tróia: 10000 camas; UNOR 3- Carvalhal: 5700 camas; UNOR 4- Galé/ Fontainhas: 5175 camas; UNOR 5- Praia de Melides: 2100 camas.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

Perguntas, tanto mais inquietantes quanto esta transformação, estão a acontecer através de uma miríade de actores – locais e não locais, nacionais e estrangeiros - que não têm, na sede local, qualquer instância de concertação.

Do ponto de vista social, a preocupação da instalação de uma *sociedade local a duas velocidades* não deixa de estar presente. Os traços desta dualidade já estão presentes nos últimos dados disponíveis: rejuvenescimento do litoral e centro-vila e envelhecimento das freguesias rurais; mão-de-obra local sem qualificação e apelo a mão-de-obra externa mais qualificada que trabalha mas não reside; culturas tradicionais rurais que coexistem, com dificuldade, com outras culturas, sobretudo estrangeiras numa coexistência “oportunista” mas sem interacção social mais positiva, etc, etc.

Em síntese, abrem-se para Grândola novas perspectivas de crescimento e o Plano de Desenvolvimento Social deve equacioná-las e transformar essas perspectivas em oportunidades de um desenvolvimento equilibrado e equitativo para todos os grandolenses e os que aqui se vierem juntar, num esforço de tornar a sociedade local economicamente activa, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

2.2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL: uma localização estratégica a potenciar²

2.2.1 Localização

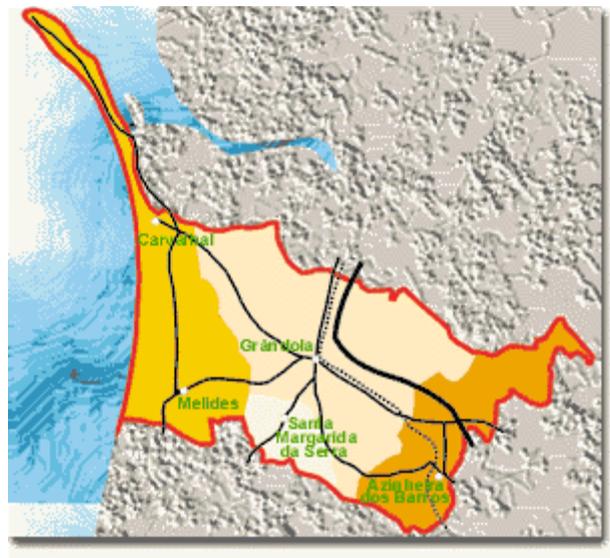
O concelho de Grândola constitui juntamente com os concelhos de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Sines e Odemira a Região do Alentejo Litoral, localizada a sul do Distrito de Setúbal. O concelho é limitado a Norte pelo estuário do Sado e concelho de Alcácer do Sal, a Sul pelo concelho de Santiago do Cacém, a Leste

² Partes do texto integrante neste domínio de análise foram retiradas do Pré-Diagnóstico - Conselho Local de Acção Social de Grândola.

pelo concelho de Ferreira do Alentejo e a Oeste pelo Atlântico numa extensão costeira de 45 kms.

A Vila de Grândola é a sede do concelho e dista 75 kms de Setúbal, 70 kms de Beja e 110 kms de Lisboa. O concelho de Grândola apresenta uma área de 817,7 Km² e cerca de 15 mil habitantes divididos por cinco freguesias (Grândola, Azinheira de Barros, Melides, Carvalhal e Santa Margarida da Serra).

Figura 2. Concelho de Grândola



Fonte: Site Oficial da CMG

2.2.2. Características Geográficas: Recursos Ambientais, Físicos e Paisagísticos a Preservar

Identificam-se três grandes unidades espaciais com características distintas ao nível do uso do espaço e paisagem:

- ❑ A Bacia do Sado, em que predominam os montados de sobros e a cultura do arroz, é uma zona de fraca acessibilidade e grande rarefacção populacional e de urbanização.
- ❑ A Serra de Grândola, marcada pela presença de montados associados à actividade pecuária, encontra-se num processo de rápida desertificação do solo.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

- A faixa do Litoral, caracterizada pela exposição do pinhal, pontuado por actividades hortícolas de pequena expressão em torno das lagoas e linhas de água principais, está a desenvolver-se lentamente junto de Melides e Carvalhal devido à actividade turística nos 40 kms de praia do concelho.

Saliente-se que Grândola se insere numa das zonas de área protegidas pelo Instituto de Conservação da Natureza, a saber, na Reserva Natural do Estuário do Sado.

Figura 3. Áreas Protegidas (Continente)



Fonte: Direcção Geral do Ambiente³

Fauna

Podemos encontrar gaivotas cruzando-se com andorinhas do mar nos 45km de areia, cegonhas na Lagoa de Melides e, lebres, coelhos e perdizes na Serra.

³ Dados extraídos do Site: <http://www..snig.igeo.pt>

Para quem vem do Carvalho para Grândola, o atalho para Vale Coelheiros leva-nos a uma reserva de caça e a um dos poucos açudes do concelho.

Nas águas doces pescam-se achigãs, barbos, carpas e enguias. No mar, linguados, douradas, robalos e outros vários.

Flora

A superfície florestal tem vindo a diminuir e é constituída fundamentalmente por sobreiros, oliveiras, azinheiras, pinheiros e eucaliptos.

Na Serra de Grândola, encontramos o montado de sobro e azinho secular, ponteados por estevas brancas no Verão e o verde luzidio das folhas de medronheiro durante todo o ano.

Nas dunas, a reserva Botânica de Tróia ostenta a camarinheira e o estorno.

Clima

Do ponto de vista climático, o concelho é definido por duas grandes zonas: Litoral, com clima marítimo e Interior, com clima de tipo continental atenuado. Em termos de conforto bioclimático, o concelho apresenta um clima confortável, na sua maioria.

As encostas ocidentais da Serra de Grândola e Baixo Sado são espaços de transição em que alternam os dias francamente atlânticos e os continentais.

Tem precipitações médias anuais relativamente moderadas (500-800mm) concentradas em 5 ou 6 meses (Outono-Inverno), com forte carência de água no solo durante o período estival e excessos de água no período invernal.

Figura 4. Conforto Bioclimático
(Continente)

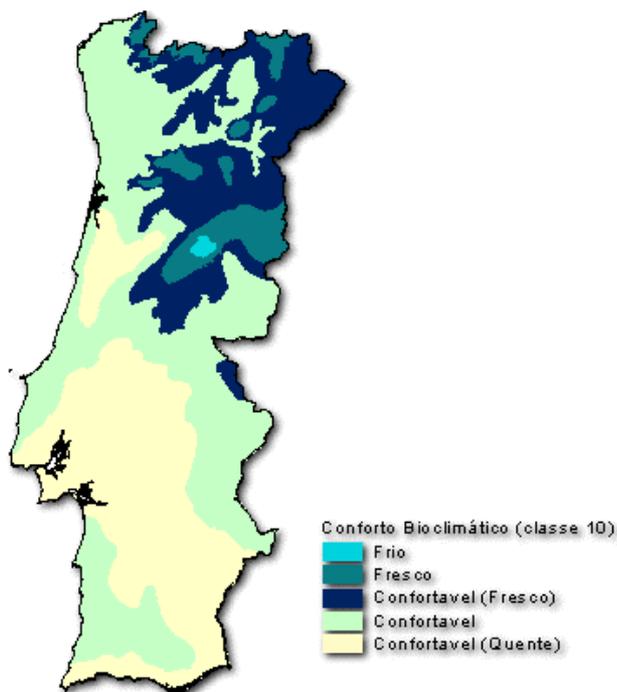
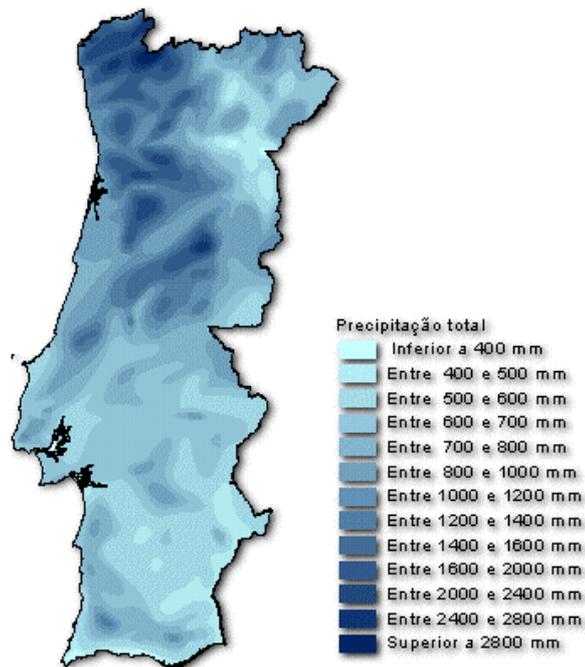


Figura 5. Precipitação Total (Continente)



Fonte: Direcção Geral do Ambiente⁴

2.2.3. Transportes e Acessibilidades: as fragilidades na mobilidade interna e o potencial de ligação exógeno

O desigual crescimento entre o litoral e o interior do concelho, aliado a um povoamento disperso, muito contribui para a debilidade das acessibilidades e incipiente rede de transportes existente. Se isto acontece para o nível intra-concelhio, onde as acessibilidades são deficitárias em termos de acessos e transportes e não existe uma articulação com a rede de transportes urbanos, rodoviários (por desajustamento dos traços do Plano Rodoviário Nacional) e ferroviários, o mesmo não se passa ao nível da situação de Grândola face ao resto do país.

⁴ Dados extraídos do Site: <http://www.snig.igeo.pt>

O carácter centrífugo da sede de concelho em termos de concentração dos principais serviços e equipamentos, faz com que as más ligações viárias sejam um constrangimento do quotidiano.

De um diagnóstico elaborado pela CMG são identificadas necessidades de intervenção num conjunto alargado de estradas e caminhos municipais, apresentadas sinteticamente no quadro 1. Algumas das actuais vias de acesso em degradação apresentam esses sinais em função de obras recentemente realizadas (que conduziram à utilização de camiões), do tráfego frequente, ou pela sua antiguidade (não tendo havido intervenção posterior). Outras vias foram identificadas como estando necessitadas de intervenção, mas cujas acções de reparação, alargamento e repavimentação já têm projectos concluídos, a saber: CM 1077 entre o Parque de Campismo de Melides e a Praia, CM 1177 entre a EN 120 e o aglomerado urbano do Pico, e a Estrada da Vigia (desde a EM 261 até à Vigia). Foi apresentada, em 2001, uma Planta Global das Acessibilidades que integrou todas as intervenções necessárias até 2006 (com obras executada, em execução de projecto ou mesmo em fase de intenção), por forma a garantir o enquadramento dos projectos com a referida tipologia no âmbito do Programa Operacional da Região Alentejo (PORA).

A localização geográfica do concelho (e principalmente da sede do Concelho) face aos principais nós rodoviários (A2) e à rede ferroviária existente é determinante para o seu posicionamento estratégico face a outras regiões e ao resto do país. A integração de Grândola na fachada atlântica da Península Ibérica e na diagonal continental europeia, se aliada às infra-estruturas portuárias de Sines e às principais acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, poderia funcionar como estratégia de desenvolvimento do concelho, na óptica de criação de uma plataforma logística a sul do país.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

Quadro 1. Necessidades de Intervenção nas Estradas e Caminhos Municipais

Estradas e Caminhos Municipais	Tipo de intervenção que urge implementar				
	Alargamento	Recarga	Pavimentação	Reparação na íntegra	Selagem em <i>slurry real</i>
EM 543 (Grândola -Água Derramada)-	X	X	X		
EM (Sobral -Azinheira de Barros)				X	
EM 544 (Sobral da Valsa/ Azinheira de Barros)	X	X	X		X
EM 546 (Cruz de Ferro/EN 120- limite do concelho no Tanganhal	X				X
EM 564 (Carvalhal- Praias do Pego e Lagoa Formosa)					X
CM 1076 (Palhotas/ EN 261.1 – Venda da Rosa/ EN 261)	X				
CM 1136 (Melides- EN 120/ Variante de Sines)					X
CM 1145 (Bicas/ EN 261.1- Pinheiro da Cruz/ EN 261)					X
Caminho entre Azinheira de Barros e a Estação da CP				X	
Caminho entre a EM 543 (Silha do Pascoal) e pontão das Daroeiras				X	X

Fonte: CMG (dados de Julho de 2002)

2.3. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS: a inversão de uma tendência e a polarização litoral/ interior

Em 2001, a densidade populacional do concelho, de 18,25 habitantes por Km², fá-lo destacar-se entre os três mais densamente povoados do Litoral Alentejano (Sines, Santiago do Cacém e de seguida Grândola).

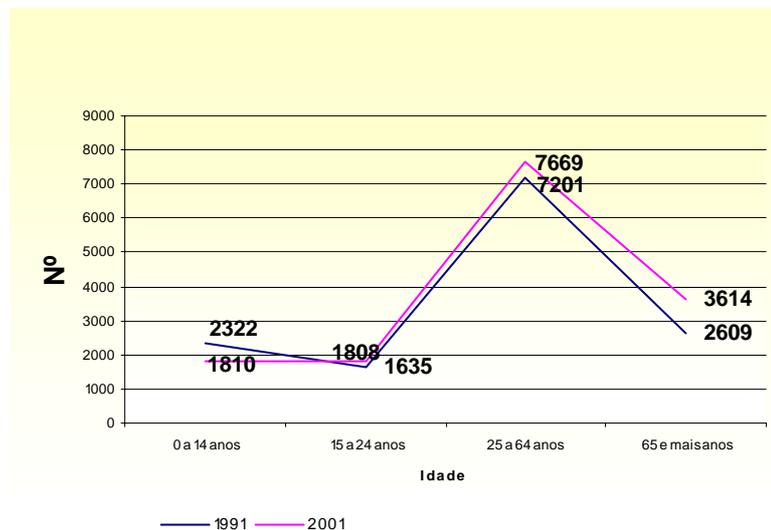
No último Recenseamento Geral da População (Censos 2001), e contrariamente à tendência prevista no final da década de 90⁵, a taxa de crescimento efectivo da

⁵ Em 1998, as previsões estimavam ainda um decréscimo populacional para o concelho.

população do concelho foi de 8,24%, sendo que os valores mais elevados se verificaram na faixa etária acima dos 65 anos. Estes dados traduzem uma tendência de envelhecimento da população, acrescendo o facto de se verificar simultaneamente um decréscimo de 22% relativo à faixa etária dos 0 aos 14 anos⁶. O aumento populacional parece ser devido ao aumento da esperança de vida.

Saliente-se que se começa a registar um fenómeno acentuado de imigração, tendencialmente de origem no Brasil e países de Leste. Este é um facto que não foi possível medir, mas cuja intensidade merece uma atenção específica face à reflexão sobre percursos de inclusão para estes grupos em particular⁷

Gráfico 1. Evolução da população 1991/ 2001, segundo os grupos etários



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001.

Este crescimento demográfico é, no entanto, desigual em termos da sua distribuição pelo território, pois as 3 freguesias perdedoras vêem desaparecer 438 habitantes, enquanto que as duas freguesias com dinâmica demográfica positiva apresentam 1572 novos habitantes, resultando num saldo positivo de 1134 habitantes no concelho (população total em 2001 era de 14901 habitantes).

⁶ Estes dados referem-se a 2001 face a 1991.

⁷ Sugere-se que o Sistema de Informação venha a contemplar informação específica a este nível. Pelos dados que nos foram disponibilizados, é possível alguma monitorização da evolução deste público nas Juntas de Freguesia (pelos pedidos de atestados de residência) e na CMG (pela intenção de criação de um Gabinete de Atendimento a estes imigrantes).

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

Refira-se que, neste contexto, um elevado número de estrangeiros⁸ e nacionais têm vindo a “povoar” e ocupar localidades interiores do concelho em busca de uma melhor qualidade de vida, nomeadamente, em termos ambientais, ou simplesmente novos padrões ou modos de vida.

Quadro 2. População residente em 1991 e 2001, no concelho de Grândola e suas freguesias

Anos	freguesias		Variação 1991/2001	Tx.Var. 1991/2001
	1991	2001		
Concelho Grândola	13767 100%	14901 100%	1134	8,2%
Azinhreira Barros	1141 8.3%	908 6.1%	-233	-20,4%
Grândola	9357 68%	10361 69.5%	1004	10,7%
Melides	1930 14%	1789 12%	-141	-7,3%
Santa Margarida da Serra	307 2.2%	243 1.6%	-64	-20,8%
Carvalhal	1032 7.5%	1600 10.7%	568	55,0%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001.

As freguesias litorais do Carvalhal e a de Grândola são responsáveis pela totalidade desse crescimento, dado que as restantes freguesias rurais do interior continuaram a perder população.

Grândola assume-se como sede de concelho, onde se situam os aglomerados urbanos de maior dimensão, como centro de serviços institucionais, e principalmente, como a mais importante bacia de emprego de todo o concelho. De facto, o crescimento demográfico registado (10,9% entre 1991 e 2001) demonstra a elevada atractividade da sua centralidade tanto interna como externa, dada a sua situação geográfica relativa aos principais nós viários de ligação à A2 e à rede viária intra-concelhia.

⁸ É, no entanto, bastante provável que estes não tenham sido recenseados em Portugal.

Acrescente-se que o desenvolvimento de actividades económicas, como a exploração florestal (pinheiros e sobreiros) para a indústria da cortiça, levou a uma concentração industrial nesta freguesia e, conseqüentemente, a algum contingente populacional movido por razões de emprego nesta indústria. Paralelamente, a actividade da restauração (nomeadamente, na localidade de Canal Caveira e no interior da vila) detém elevado peso no conjunto das actividades desenvolvidas na sede de concelho, pelo que movimenta também bastante população. A localização da maioria dos equipamentos sociais, culturais, desportivos, educativos e de saúde, é igualmente um factor determinante para a atractividade populacional da vila de Grândola.

Como comprovação desta evolução na sede de concelho, os dados estatísticos do INE (2001), apontam para:

- ❑ Um crescimento do número de famílias na ordem dos 18,9% (mais 646 famílias);
- ❑ Um crescimento de 16,5% para o número de alojamentos; e
- ❑ Um crescimento de 11,2% no número de edificios.

As dinâmicas demográficas replicaram-se no crescimento do parque habitacional, possivelmente relacionado com: i) a dinâmica de criação de novas famílias; ii) atracção de população de centros urbanos nacionais; iii) atracção de população estrangeira; iv) prospecção turística desenhada para o concelho e conseqüentemente; v) a especulação imobiliária e a importância crescente da actividade da construção civil.

Mas se a freguesia de Grândola tem um crescimento populacional de cerca de 10%, a do Carvalhal aumenta a sua população (mais 55% entre 1991 e 2001), por via de movimentos migratórios que tendem a constituir fluxos cada vez mais permanentes (fluxos de fim-de-semana ou mais frequentes, direccionados para segundas residências, casas de campo, ou mesmo de mudança de residência,...).

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

A freguesia do **Carvalhal** constitui a mais recente e mais jovem freguesia de todo o concelho, e apresenta três grandes vertentes de desenvolvimento e atracção populacional: as produções agrícolas de arroz e de produtos hortícolas, a extracção de resina e a actividade turística e de lazer ligada às praias. São destas actividades que a maioria da população da freguesia sobrevive dada as suas excelentes condições edafo-climáticas, factor que potencia as oportunidades existentes ao nível do desenvolvimento turístico, já com algum relevo na península de Tróia e na qual se emprega grande parte da população.

A reunião destes factores é determinante para a elevada atractividade em termos populacionais e subjaz a escolha de localização de implantação dos empreendimentos turísticos previstos para o futuro.

A acrescer a isto, alguns indícios de rejuvenescimento da freguesia lançam a hipótese de se estar a criar as condições para o desenvolvimento auto-sustentado e auto-regenerativo desta mesma população.

A prosperidade da freguesia do Carvalhal é sustentada pelos dados estatísticos da seguinte forma:

- ❑ Aumento do número de famílias na ordem dos 12% (mais 40 famílias);
- ❑ Crescimento "em flecha" do número de alojamentos para mais do triplo que em 1991 (cerca de 245%, com mais 1127 alojamentos);
- ❑ Aumento substancial do número de edifícios em 115,7%, ou seja, mais 454 edifícios em 2001 do que em 1991.

Em quebra na evolução dos seus domínios demográficos apresentam-se, de um modo geral, todas as restantes freguesias do concelho de Grândola que perderam elevados contingentes populacionais entre 1991 e 2001 – Santa Margarida da Serra, perdeu 20,8% da sua população; Azinheira de Barros, com menos 20,4%; e Melides perdeu 7,3%.

Curiosamente **Melides**, uma freguesia com uma larga frente de mar, perde ainda

população na última década mas começa a revelar algum dinamismo demográfico. De facto, esta freguesia reúne grandes potencialidades para o desenvolvimento turístico, nomeadamente, pela sua situação privilegiada no litoral e riqueza arqueológica, assim como ao nível da produção de produtos hortícolas, frutícolas, de arroz e de vinha. Os produtos florestais, o artesanato e a olaria demonstram alguma expressão na economia da freguesia. Assim, não obstante a diminuição do seu contingente populacional, a capacidade atractiva de Melides é uma realidade e tem vindo a ser marcada pelo aumento do número de famílias (mais 3,3%), que procuram segunda habitação e/ou nova residência e se movem para esta localidade, bem como pelo aumento significativo, tanto do número de alojamentos construídos (28,4%), como de edifícios (21,1%). Neste caso, no entanto, estes aumentos são insuficientes para colmatar a quebra registada ao nível da população, mas simultaneamente, indiciadores de uma inversão tendencial para os próximos anos.

Santa Margarida da Serra é a freguesia mais pequena e menos populosa do concelho. Possui baixo grau de atractividade, está mal servida de rede viária até à sede de concelho, bem como de ligação com as restantes freguesias, tendo sido condenada à perda de população, até aqui predominantemente envelhecida. No entanto, são já de salientar, movimentos de estrangeiros (principalmente alemães) para a freguesia que, provavelmente, pela precariedade de condições em que vivem, tanto em termos de habitabilidade, como de trabalho, não são ainda contabilizados nacionalmente para fins estatísticos. A acrescer a estes factos, a economia desta freguesia assenta maioritariamente na exploração do montado de sobro, que tem registado uma grande quebra no valor acrescentado da economia do concelho e conseqüentemente, reduzido o número de trabalhadores afectos a este sector, o que explica, em parte, a perda de população da freguesia. A redução do número de famílias, na ordem dos 19% durante a última década, é disto exemplo. No entanto, têm sido criadas algumas infra-estruturas edificadas, o que se pode constatar pelos acréscimos em alojamentos (16,7%) e edifícios (14,2%).

A par desta, também **Azinheira de Barros** foi alvo de grandes perdas populacionais. Esta freguesia de características rurais, desde sempre enfrentou um forte declínio

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

demográfico, agravado pela emigração e pelo encerramento das minas do Lousal. Apesar das suas enormes potencialidades em termos turísticos, produção de cereais, silvo-pastorícias, e nomeadamente, produção de queijos de ovelha (DOP) da região demarcada do queijo de Serpa, estas não têm sido suficientemente valorizadas. Apesar do esforço realizado em termos de alojamentos para a população (que aumentaram na ordem dos 10,1%, com mais 65 alojamentos), a conjuntura da freguesia e a falta de motivação da sua população reflectem-se na evolução demográfica do concelho da seguinte forma:

- ❑ Diminuição do número de famílias em 8,4%;
- ❑ Diminuição do número de edifícios em menos 34,1%.

A estrutura de género do concelho sofreu uma ligeira alteração durante os últimos anos, traduzindo-se, actualmente, em 49,6% do género feminino e 50,3% do masculino. Quer em Grândola quer no Litoral Alentejano a população é maioritariamente masculina. No Alentejo a tendência inverte-se, pois 51,2% da população é do género feminino.

O crescimento populacional implicou o aumento do número de famílias, mais 647, o que significou uma taxa de variação de 12,9%, entre 1991 e 2001.

Quadro 3. Famílias, Alojamentos e Edifícios em 1991 e 2001, no concelho de Grândola e suas freguesias

Anos	Famílias				Alojamentos				Edifícios			
	1991	2001	Var.	Tx.Var. (%)	1991	2001	Var.	Tx.Var. (%)	1991	2001	Var.	Tx.Var. (%)
Concelho de Grândola	4991	5638	647	12,9	6911	9186	2275	32,9	6353	7066	713	11,2
Azinheira Barros e São Mamede do Sádão	403	369	-34	-8,4	646	711	65	10,1	642	423	-219	-34,1
Grândola	3411	4057	646	18,9	4542	5291	749	16,5	4121	4363	242	5,9
Melides	698	721	23	3,3	1045	1342	297	28,4	1012	1226	214	21,1
Santa Margarida da Serra	146	118	-28	-19,2	221	258	37	16,7	190	217	27	14,2
Carvalhal	333	373	40	12,0	457	1584	1127	246,6	388	837	449	115,7

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001.

2.4. SISTEMA PRODUTIVO E DE EMPREGO: uma realidade em mudança

2.4.1. Estrutura produtiva em profunda transformação: obras públicas e restauração

A evolução demográfica não é acompanhada de uma dinâmica muito significativa na oferta de emprego: entre 1995 e 1999, segundo os quadros de pessoal existiu um aumento de apenas 0,1% no número de trabalhadores (quadro 2)⁹ evidenciando-se uma reestruturação profunda da hierarquia dos sectores de actividade. O declínio da actividade do sector primário é largamente compensado pela construção e restauração.

Quadro 4. Quadro Pessoal ao serviço, segundo o sector de actividade

CAE	1995		1999		Tx. Cresc.
	N.º	%	N.º	%	
A+B – Agr., Prod. Animal, Caça e Pesca	127	6,0	109	5,2	-14,2
C – Ind. Extractivas	15	0,7	7	0,3	-53,3
D – Ind. Transformadoras	192	9,1	170	8,0	-11,5
E – Prod. e Dist. De Electr., Gás e Água	17	0,8	10	0,5	-41,2
F – Construção	276	13,1	341	16,1	23,6
G – Com. p/ Gr. e a Ret.; Repar. De Veíc. Aut.	606	28,7	503	23,8	-16,9
H – Alojamento e Restauração	389	18,4	620	29,3	59,4
I – Transp., Arm. e Comunicação	68	3,2	56	2,6	-17,6
J – Actividades Financeiras	59	2,8	55	2,6	-6,8
K – Act. Imob., Alug. e Serv. Prest. às Empr.	110	5,2	44	2,1	-60,0
M – Educação	111	5,3	75	3,5	-32,4
N – Saúde e Acção Social	87	4,1	83	3,9	-4,6
O – Outras Activ. dos Serv. Relacionados	55	2,6	42	1,9	-23,6
TOTAL	2112	100,0	2115	100,0	0,1

Fonte: Quadros de Pessoal – DETEFP

O facto de não ir revelando alguma dinâmica em termos de criação de emprego, Grândola mantém das mais baixas taxas de actividade do Litoral Alentejano (40,9% em 1991 e 42,2% em 2001), sendo que também foi o concelho que registou um aumento mais reduzido no período inter-censitário.

⁹ Fonte: Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho.

Quadro 5. Taxas de Actividade, 1991 e 2001

	Taxa de Actividade (%)			
	1991	2001	Varição	Taxa de Varição (%)
Alentejo	42,0	45,4	3,4	8,1
Litoral Alentejano	41,9	45,4	3,5	8,4
Grândola	40,9	42,2	1,3	3,2
Odemira	39,3	40,8	1,5	3,8
Alcácer do Sal	45,5	48,3	2,8	6,2
Santiago do Cacém	41,5	47,6	6,1	14,7
Sines	45,1	49,9	4,8	10,6

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001.

A **agricultura, silvicultura, caça e pescas** ao longo dos últimos anos, entre 1995 e 1999, diminuiu cerca de 14% na oferta de emprego. Com efeito, o seu peso no total do emprego que era de 6% em 1995, diminuiu para 5,2% em 1999. Apesar da tendência residual que este sector tem em termos da estrutura de emprego concelhia, importa salientar a sua importância em termos sociais¹⁰, uma vez que parte significativa da actividade agrícola é feita a tempo parcial, muitas vezes, como complemento ao rendimento do agregado familiar.

Destacam-se as seguintes **potencialidades da agricultura: montado** com potencialidades de exploração obtendo um elevado montante de capital (ex. apanha da pinha, extracção da cortiça – com potencialidades para a criação da indústria que nos últimos anos tem vindo a perder importância por não ser competitiva face ao norte do país. Há que ter, no entanto, algum cuidado face aos problemas de qualidade que a cortiça começa a enfrentar. Por si só os agricultores não vencem no mercado, mas até agora as estratégias de organização colectiva não têm obtido resultados dado que prevalecem as redes tradicionais de comercialização assentes na venda de cortiça directa do produtor, sem intermediários de poder que poderiam vir a negociar preços ou a potenciar o

¹⁰ É também preciso acautelar a economia agrícola familiar de origem camponesa que não está contabilizada nos quadros de pessoal e que é muito significativa até tendo em conta a estrutura etária dos agricultores.

tratamento e transformação da cortiça na própria região); mas também a *agricultura biológica* (nicho ainda pouco explorado mas que poderia fazer revitalizar a agricultura tradicional em decréscimo).

A **indústria transformadora** do concelho de Grândola, quando comparada com outras regiões, tem um peso pouco significativo em termos de emprego (em 1999 era responsável por apenas 8% dos postos de trabalho). Nos últimos anos, este sector tem vindo a perder importância (entre 1995 e 1999 registou uma perda de capacidade empregadora de 11,5%).

A **construção civil e obras públicas** apresentam-se como um ramo que tem contribuído para a criação de emprego em Grândola, tendo registado, em apenas quatro anos, um crescimento do emprego de 23,6%. Este é um dos principais sectores empregadores concelhio sendo um analisador muito importante da transformação económica do concelho. O desenvolvimento do turismo, o crescimento urbano, e a concretização de importantes investimentos públicos na região (como p.e. a Auto Estrada para o Algarve) contribuíram significativamente para esta evolução. No entanto, esta é uma actividade muito sazonal que gera emprego em alturas específicas.

A aposta do concelho no turismo teve grandes consequências ao nível do emprego no ramo do **Alojamento e Restauração**. Este sector observou nos últimos anos um forte crescimento, sendo em 1999 responsável por cerca de 59% do emprego concelhio.

Ao contrário do que seria de esperar, face ao impulso do sector de restauração e hotelaria, o sector do **Comércio e Serviços** regista uma perda importante de mão-de-obra. Este sector, nos seus mais diversos ramos, observou taxas de crescimento negativas, sobretudo nas actividades imobiliárias, financeiras e serviços prestados às empresas e na área da educação.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

A maioria das empresas do concelho é de pequena e muita pequena dimensão. O grande problema destas empresas relaciona-se com o tipo de gestão que as caracteriza. São tradicionalmente de gestão familiar, em que a aprendizagem empresária se processa por via da tradição e não pela via formal de ensino (seja ensino escolar, seja formação profissional), o que contribui em muito para a desvalorização de qualquer intervenção formativa especificamente direccionada para este público.

Saliente-se o esforço de ordenamento dos espaços de funcionamento das empresas, traduzido na criação da Zona Industrial Ligeira (ZIL) em Grândola, e das Áreas Reservadas de Actividades Económicas (ARAE's) previstas nos Planos de Urbanização de Carvalhal e Melides, em fase de aprovação e discussão, respectivamente. Se bem que são áreas que servirão, tendencialmente, para a re-localização das empresas, é certo que daí pode advir um potencial de atracção de novas iniciativas empresariais para o concelho. A título exemplificativo, dos dados disponíveis na CMG relativos aos postos de trabalho a criar na ZIL, apontam para a colocação de 186 pessoas. Carácter idêntico na criação de emprego poderão ter as ARAE's. Também as empresas que optam pela re-localização para estes novos espaços, podem, por esta via, auferir condições para ampliação dos seus quadros de pessoal.

2.4.2. O turismo, um sector em expansão: ameaça ou oportunidade?

O turismo é o sector de actividade que manifesta maior dinamismo na região. Na faixa costeira de Grândola estão previstos alguns empreendimentos turísticos que terão um grande impacte para toda a região do Litoral Alentejano, dos quais se destacam os projectos da Imoareia/ Torralta (Tróia), Atlantic Development (Herdade da Comporta), Costa Terra (Melides), Feba Bau/ Empresinter (Herdade do Pinheirinho), Sapec/ Fundação Frédéric Velge (Lousal). Está prevista a criação de alguns milhares de postos de trabalhos directos e um adicional de postos de trabalhos indirectos. Segundo o Anuário Estatístico do Alentejo, de 1997, Grândola dispunha de oferta de 1610 camas, em estabelecimentos turísticos que não pensões. Para o projecto da Imoareia prevê-se que se venham a criar 4000 postos

de trabalho directos e nova oferta de 3656 camas (o que só no âmbito deste projecto representa o acréscimo de 227% face ao número de camas actualmente disponíveis no concelho de Grândola). No caso da Herdade do Pinheirinho, da responsabilidade da empresa Suíça Feba Baú, prevê-se a criação de mais 2000 postos de trabalho e o contributo de novas camas deste projecto e da Costa Terra cifra-se em 7000, o que, ao valor actual, acresce em 435%.

De uma maneira geral, pode apontar-se como possíveis contributos destes projectos:

- ❑ A requalificação do maior pólo de turismo do Litoral Alentejano, conseguindo elevar o concelho para uma posição competitiva a nível nacional;
- ❑ Contribuem para o aumento de turistas, com contributo directo no número de dormidas;
- ❑ Diversificação da oferta turística, através do aumento do número de alojamentos e hotéis disponíveis, com contributos directos na qualificação do sector ao nível regional;
- ❑ Forte impacto local, sub-regional e regional em termos de emprego e de recursos humanos qualificados;
- ❑ Permitirá o surgimento de novas oportunidades, nomeadamente em actividades complementares aos sectores turístico e comercial, destacando-se aquelas relacionadas com a valorização do património cultural;
- ❑ Pelos postos de trabalho que criarão, prevê-se que os projectos contribuem para inverter a tendência de perda demográfica no Litoral Alentejano;
- ❑ Prevêem-se efeitos indirectos de igual impacte, ao nível dos equipamentos existentes, nomeadamente, no ensino, formação profissional, saúde, etc.

O surto de projectos turísticos é alvo de grandes comentários e de opiniões díspares no concelho: discute-se o seu impacte ao nível do emprego mas também do ambiente e da coexistência social.

A população¹¹ reclama por um desenvolvimento sustentável – sendo o desenvolvimento turístico desejado mas tido com algumas reservas,

¹¹ Refere-se a contactos feitos pelo INESLA no âmbito de outros projectos que não o do PDS

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

nomeadamente: *precariedade e instabilidade de empregos; aumento do nível de vida* (rejeição de modelos auto-centrados apenas destinados a um público com maior nível de vida).

Surge a defesa de um outro tipo de turismo que contribua para a qualificação do território, usufruindo a qualidade ambiental existente mas com capacidade de carga muito reduzida. A conciliação entre a actividade turística e a qualidade ambiental merece ser assegurada e alguns receiam que inviabilize uma coexistência social dos grupos a quem as actividades se destinam. O turismo de massas parece ser incompatível com a protecção ambiental. Tendo em conta o potencial de património natural e construído existente no interior do concelho, parece justificar-se uma oferta turística diferenciada e destinada a públicos mais específicos. A sua sustentabilidade deve passar por ofertas integradas de turismo de aventura, de lazer, gastronómico, cultural, simbólico, etc. A sustentabilidade do turismo está relacionada com a capacidade de criar polivalência na oferta: caso das ruínas em Tróia e das minas no Lousal.

É preciso ter-se em consideração que a conservação a 'sete chaves' do ambiente no Alentejo não tem contribuído para a fixação de população no território, que pelo contrário tem vindo a dirigir-se para as urbes. Discute-se, assim, a aposta nos complexos abertos que possibilitem o contacto directo entre as populações locais e os visitantes, aproveitando os recursos genuínos/tradicionais da zona (sossego, quietude, relações inter-pessoais, características ecológicas sociais e culturais, investindo por ex. no agro-turismo) e a utilização dos recursos gerados ou criados pela comunidade (Pequenas Empresas), desenvolvimento amigo do ambiente, aproveitando as potencialidades locais. Melhorar os padrões de vida da comunidade local, criar e satisfazer a procura de um turismo diferente e conservar o ambiente onde se leva a cabo esta actividade serão outros objectivos procurados.

A discussão local sobre o Turismo, afirma que este deverá ser faseado, evitando mudanças bruscas, sendo que algumas actividades sugeridas pela população poderiam servir de complemento a um turismo socialmente muito polarizado: parque de campismo de qualidade, actividades náuticas (canoagem, pesca desportiva), cinema, quintas rurais (*guest house's*), passeios turísticos pedestres e

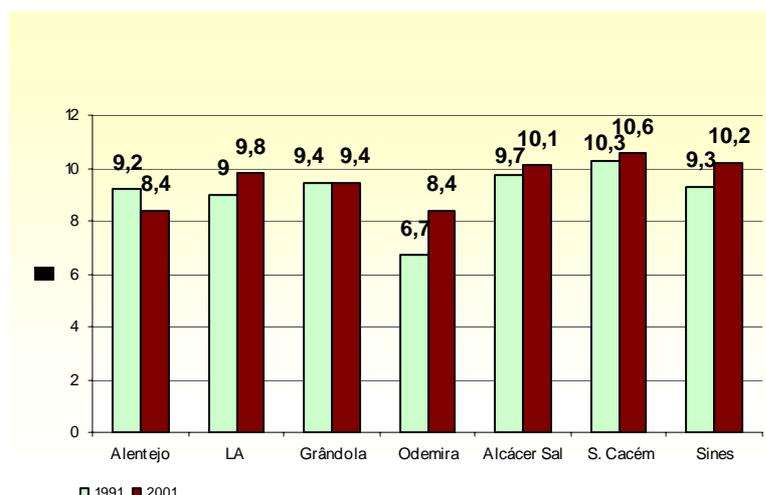
fluviais aproveitando o conhecimento das pessoas como guias da natureza, passeios a cavalo e ciclismo.

O Turismo e o ambiente podem ser assumidos como duas vertentes importantes para o desenvolvimento local, sendo necessário equacionar que tipo de formação mais adequada para o tipo de turismo que se prevê implementar. *Os projectos de turismo previstos, implicam o recrutamento de mão-de-obra a que o concelho não consegue dar resposta nem quantitativa nem qualitativamente – mais do que não ter qualificações (questão de qualidade) coloca-se a questão da quantidade da mão-de-obra necessária para esses projectos.*

2.4.3. O desemprego estabilizado

Se bem que nos últimos anos se tenha registado uma diminuição do fenómeno do desemprego, verifica-se actualmente uma tendência de estabilização se não mesmo de ligeiro aumento. Sendo um fenómeno que tem sobressaído na região em comparação à realidade nacional, é de difícil estimativa face à actual forma de funcionamento do mercado de trabalho. A assunção de precariedade no emprego, como forma dominante de inserção laboral, parece ser assumida como um factor 'natural' na medida em que a inserção no mercado formal de emprego não se consubstancia. É, muitas vezes, alternado por períodos de ocupação sazonal em actividades agrícolas ou por ocupações em serviços domésticos, no caso das mulheres, e, no caso dos homens, nos serviços de construção civil. Esta é uma realidade que não é passível de corroboração pela via das estatísticas, por se traduzir numa via informal de inserção.

Gráfico 2. Evolução do desemprego, 1991 e 2001



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001.

A população desempregada do concelho caracteriza-se, maioritariamente, pela procura de novo emprego, se bem que seja assinalável o peso da população à procura do 1º emprego (em 2001, situava-se em 15,6%).

Quadro 6. População à procura de emprego

	Novo Emprego	1º Emprego	TOTAL
Alentejo	24 802 83.3%	4 980 16.7%	29 782 100%
Litoral Alentejano	3 859 86.8%	585 13.2%	4 444 100%
Grândola	496 84.4%	92 15.6%	588 100%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

A fragilidade da formação e escolarização e os baixos salários, dão também ao subsídio de desemprego uma característica positiva, pois pode ser assumido como uma forma de obtenção de rendimentos mais estáveis do que as ocupações temporárias. Mas se para as mulheres esses rendimentos podem compensar face à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, em muito condicionada pela dificuldade de conciliação da vida familiar com a vida profissional, o mesmo não acontece com o público masculino que facilmente obtém (quer na construção

civil, quer no trabalho agrícola) rendimentos em muito superiores aos auferidos pela via do subsídio de desemprego.

2.4.4. Uma mão-de-obra expectante

Constata-se que para a população feminina o valor da taxa de actividade era, em 2001, de cerca de 36,2%, ultrapassando em muito os valores relativos a 1991, que se situavam em 28,4%. No conjunto dos concelhos do Litoral Alentejano, Grândola acompanha Odemira, na manutenção das taxas de actividade feminina mais baixas. O fraco dinamismo económico do concelho e a consequente dificuldade de absorção da população activa, são factores que desencorajam ou adiam a entrada das mulheres na vida activa.

Quadro 7. Taxas de actividade masculina e feminina, 1991 e 2001 (%)

	1991		2001	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alentejo	53	30,8	52,4	38,8
LA	54,6	29,3	52,5	38,3
Grândola	53,8	28,4	47,8	36,5
Odemira	53,1	24,7	48,3	32,9
Alcácer Sal	58	33,7	56,1	40,8
S. Cacém	53,7	29,7	55,2	40,2
Sines	56,9	33,3	56,4	43,3

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001.

Através da análise da condição da população inactiva constata-se que as mulheres domésticas constituem grande parte da população sem actividade, o que indicia que o contexto sócio-económico em que vivem não favorece o seu ingresso no mercado de trabalho. Esta situação para além de ser indicativa de um sub-aproveitamento do potencial humano também reflecte uma certa marginalização e conservadorismo relativamente às mulheres. No entanto, esta potencial força de trabalho pode constituir uma mais-valia para o desenvolvimento e consolidação de algumas actividades, nomeadamente as terciárias, como os serviços colectivos, sociais e pessoais, saúde e acção social, educação, alojamento, restauração e comércio.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

Na população inactiva, destaca-se também o elevado número de reformados, o que facilmente se compreende dada a elevada percentagem de população idosa (55% dos inactivos).

Quadro 8. População inactiva por condição, 1991 e 2001

	Estudante			Doméstica			Reformada			Incap. p/ trab			Outras		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1991	17.0	23.4	13.5	21.9	0.6	33.5	50.3	62.5	43.7	2.2	3.5	1.5	8.6	10.0	7.8
2001	11.5	5.2	6.3	13.0	0.1	12.9	55.0	24.9	30.1	5.6	2.8	2.9	15.0	11.3	3.7

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001.

2.4.5. Qualificação dos Recursos Humanos

A fragilidade da educação/formação da população portuguesa é conhecida, bem como a gravidade da situação nos concelhos mais periféricos. Grândola apresentava, em 2001, cerca de ¼ da população analfabeta (25% contra 14% no país) e, no inverso da escala apenas 5,5% da população tinha formação superior (contra 11% no país).

Quadro 9. População segundo o nível de ensino, 2001 (%)

	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Médio	Superior
Alcácer do Sal	22.6	39.1	10.7	9.7	12.5	0.2	5.1
Grândola	24.8	35.9	11.1	9.4	13.1	0.2	5.5
Odemira	29.5	35.2	10.9	9.8	10.1	0.2	4.4
Santiago do Cacém	19.4	32.3	10.3	14.6	17.4	0.6	8.3
Sines	16.0	33.7	11.5	12.9	17.2	0.4	8.3
Litoral Alentejano	22.8	34.8	10.8	10.7	14.1	0.4	6.4

Fonte: Censos 2001 –INE

Os baixos níveis de escolarização traduzem-se, normalmente, em baixos níveis de qualificação profissional, dado os indivíduos não disporem das competências teóricas, técnicas e sociais básicas para um caminho profissionalizante especializado. Sines e Santiago do Cacém manifestam indicadores mais positivos a este nível, em muito relacionado com o perfil de especialização exigido nos

diferentes tipos de funções predominantes associados ao desenvolvimento do projecto do Porto de Sines.

O peso diminuto do pessoal com ensino superior está em muito relacionado com o perfil da estrutura de emprego regional. Muitas vezes, argumenta-se que os jovens não estão interessados em regressar à terra de origem após um percurso escolar universitário, mas a verdade é que também não existe uma oferta de emprego significativa a este nível. Se bem que não tenhamos dados estatísticos que nos permitam corroborar esta hipótese, parece possível apontar-se que a capacidade empregadora de técnicos superiores estará grandemente centrada nas autarquias, que têm, igualmente, uma capacidade limitada de recrutamento. Ao nível empresarial, o cariz familiar que caracteriza a grande parte das empresas da região impede que haja colocação deste pessoal. O facto da aprendizagem dos gestores destas empresas, que tendem a acumular diferentes funções da empresa (desde a gestão de *stocks*, ao atendimento ao público, à organização contabilística, etc.) se ter dado ao longo da vida, sem necessidade de recurso ao sistema de ensino formal, leva a que tendam a desvalorizar a aprendizagem por essa via. No entanto, a verdade é que os novos contextos de competitividade empresarial e mesmo territorial, exigirão num médio ou longo prazo a preparação destas empresas ao nível qualificacional.

2.4.6. Uma ausência de expectativas face ao futuro

Mas a discussão sobre a inserção dos jovens com níveis de habilitações superiores não se cinge à falta de oferta de emprego a este nível mas, igualmente, à concepção que detêm sobre um emprego. É de notar que, na sua maioria, estes jovens nascem num contexto de risco e de precariedade no emprego vivido pelos seus pais. Daí apontar-se, muitas vezes, pelos actores locais, a sua resistência a ofertas de emprego que não ofereçam algumas condições de estabilidade e de permanência alongada no tempo. Não havendo essas ofertas na sua terra de origem vão procurá-las noutros locais.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

A prestação de serviços por parte dos trabalhadores independentes tende a aumentar, sendo que destes uma fatia importante será relativa à prestação de serviços por parte de pessoal altamente qualificado. Tenderá a existir um trabalho por objectivos, mais do que as exigências ainda feitas actualmente em termos de perfis funcionais. Este facto exigirá dos jovens uma maior capacidade empreendedora, uma maior flexibilidade e um perfil cada vez mais abrangente em termos de conhecimentos no seu campo de especialização. A não preparação destes jovens para estes novos contextos conduzirá, necessariamente, à sua dificuldade de inserção no futuro. Esta é uma realidade que já se faz sentir nos grandes centros urbanos e que, num médio prazo, se estenderá aos contextos rurais (se é que, nalguns casos, se consiga balizar os limites do urbano e do rural).

Não será de menosprezar a intervenção necessária e urgente, como já assinalado, na educação e formação de adultos. Já são antigas as discussões entre a promoção das qualificações e a inserção no mercado de trabalho. A relação entre ambas não é directa, sendo que depende, em muito, das características da própria estrutura de emprego, das características sociais e relacionais do indivíduo, das suas expectativas e das suas histórias de vida, etc. Por esta razão, seria errado dizer-se que se deve apostar na qualificação para a inserção porque essa, de facto, pode não verificar-se. É preciso assumir-se a qualificação, nomeadamente a profissional, como um processo que permite ao indivíduo autonomizar-se, desenvolver o seu espírito crítico, e aperfeiçoar um conjunto de competências profissionais que podem ser potenciadas no futuro para a sua inserção no mercado de trabalho – quer pela via do surgimento de novas alternativas de emprego (pelo que um diagnóstico prospectivo das necessidades de formação se revela como fulcral), quer pela via da promoção do próprio emprego.

Saliente-se ainda, a *intenção de criação de uma Escola de Formação Turística* de salvaguarda ao empreendimento da Torralta/ Imoareia, inicialmente pensado para Setúbal, mas que poderia vir a ser um potencial de desenvolvimento para todo o concelho se a sua implantação decorresse nos perímetros de Grândola. Isto porque uma Escola com estas características serviria não somente o concelho, mas todo o Litoral Alentejano, podendo igualmente servir de suporte estratégico a toda a Região Alentejo.

A oferta de formação com potencial para o concelho e região pode centrar-se numa lógica de 'ruptura' com os modelos tradicionais. Poderá ser desenvolvida uma intervenção que contemple três dimensões, a saber, formação, inovação científica e tecnológica que permita: constituição da capacidade de organização empresarial, animação do nó organizativo empresarial, capacitação de decisores e técnicos das autarquias; ruptura com os currículos tradicionais; criação de um servidor regional (*internet*, redes *intranet* regionais, ensino à distância indo ao encontro das características da densidade de população na região, facilitar o teletrabalho); articulação com ONG's e IPSS's capazes de respostas inovadoras em termos de intervenção social.

2.5. PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL: capital a preservar e desenvolver

Grândola tem um capital simbólico reconhecido a nível nacional que deverá ser potenciado. O Alentejo Litoral ainda se encontra em construção simbólica: começou por se falar em 'Grândola Vila Morena'; no 'sudoeste alentejano' e só mais recentemente se começa a falar em Litoral Alentejano. Uma construção identitária mais forte deste território diz respeito ao porto de Sines e no complexo Sines – Sto. André.

Em termos de arte pública, revestida de carga simbólica para o concelho e para o país, merecem destaque:

- ❑ Memorial ao 25 de Abril;
- ❑ Monumento à Liberdade;
- ❑ Monumento a José Afonso;
- ❑ Monumento aos Poetas Populares.

Os vestígios da ocupação humana na área de Grândola datam de tempos muito remotos, o que permite ao concelho reunir um património histórico e arqueológico de vasto interesse. São cerca de 40 as estações arqueológicas identificadas, abarcando quase todos os períodos da história, desde o Neolítico ao Período Romano.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

Em termos arqueológicos merecem referência¹²:

- ❑ Museu Mineiro do Lousal (Arqueologia Industrial);
- ❑ Pata do Cavalo;
- ❑ Necrópole das Casas Velhas;
- ❑ Pedra Branca
- ❑ Monumento Megalítico do Lousal;
- ❑ Ruínas Romanas de Tróia;
- ❑ Ruínas Romanas do Cerrado do Castelo;
- ❑ Barragem Romana do Pego da Moura.

No que respeita ao património religioso, destacam-se:

- ❑ Igreja Matriz da Grândola;
- ❑ Ermida da Nossa Senhora da Penha de França;
- ❑ Igreja da Nossa Senhora da Saúde;
- ❑ Capela de Nossa Senhora de Tróia.

Este património associado às características ambientais do território pode ser potenciado em termos turísticos, numa perspectiva de oferta diferenciada, mas igualmente complementar ao turismo de litoral.

2.6. SISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL

2.6.1. Grupos de Risco e Exclusão: idosos ou dependentes, pensionistas, beneficiários do RMG, crianças e jovens

Idosos e/ou dependentes:

Para apoio aos idosos, o concelho dispõe de 1 Lar (Grândola), 6 Centros de Dia (Grândola, Carvalhal, Melides, Sta. Margarida da Serra, Lousal e Azinheira de Barros) e serviços de apoio domiciliário distribuídos por todas as freguesias. O lar tem capacidade para 150 idosos e os serviços de apoio domiciliário cobrem 150

¹² Para mais informações a este nível consultar a página *Internet* do Município – <http://www.cm-grandola.pt>

utentes¹³. Todas as freguesias têm igualmente Centros de Dia ou Centros de Convívio. Os Centros de Dia têm capacidade para 330 utentes e os Centros de Convívio para 50 utentes. Não foi possível apurar qual a procura efectiva destes serviços, se bem que as instituições apontem para uma oferta que fica aquém das necessidades, principalmente no que se refere à qualidade da prestação dos serviços. Um dos exemplos prende-se com a capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário que deveria funcionar num horário alargado a todos os dias da semana, mas cuja limitação de recursos humanos e financeiros impede essa mesma prestação.

Quadro 10. Equipamentos e serviços de apoio ao público Idoso

	Lar	Centro de Dia	Centro de Convívio	Clube Sénior	Associação de Reformados	SAD	SADI	TOTAL
Azinheira de Barros		2			1	1		4
Grândola	1	1	2	1	1	1	1	8
Melides		1				1		2
Santa Margarida da Serra		1				1		2
Carvalhal		1				1		2
TOTAL	1	5	2	1	2	5	1	18

Fonte: Rede Social de Grândola

Quadro 11. Nº de utentes servidos pelos equipamentos e serviços

	Lar	Centro de Dia	Centro de Convívio	Clube Sénior	Associação de Reformados	SAD	SADI	TOTAL
Azinheira de Barros		80			a)	15		95
Grândola	150	90	50	a)	a)	16	75	381
Melides		100				25		125
Santa Margarida da Serra		25				5		30
Carvalhal		35				12		47
TOTAL	150	330	50	-	-	73	75	678

Fonte: Rede Social de Grândola

a) Pela natureza destas respostas a frequência dos utilizadores é variável

No que se refere ao público portador de deficiência, apenas existe oferta de equipamentos de apoio em Grândola, da responsabilidade da CerciGrândola. Esta

¹³ Está incorporado o serviço de apoio domiciliário integrado de Grândola (SADIG), com capacidade para 75 utentes.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

instituição dispõe de três valências neste domínio, a saber: Centro de Actividades Ocupacionais, Unidade Ocupacional, Unidade de Avaliação, Orientação e Formação Profissional, que perfaz um conjunto de 74 indivíduos ao seu cuidado.

Pensionistas por invalidez e Velhice

A maior parte dos pensionistas recebia, em 1999, um valor inferior ou igual à Pensão Mínima do Regime Geral (32 600\$/ 162,61€). Estes pensionistas representavam 34,3% da população total do concelho¹⁴.

Quadro 12. Pensionistas por invalidez e velhice segundo o valor da Pensão

Valor da Pensão	Nº	%
Inferior à Pensão Mínima do Regime Geral	878	17
Igual à Pensão Mínima do Regime Geral	1673	33
Superior à Pensão Mínima do Regime Geral e Inferior ou Igual ao Salário Mínimo Nacional	1952	38
Superior ao Salário Mínimo Nacional	608	12
TOTAL	5111	100

Fonte: Observatório Social de Setúbal- CRSS, 1999, cit. Pré-Diagnóstico de Grândola

Beneficiários do RMG

Uma análise dos beneficiários do RMG, por tipo de família, demonstra que são os isolados que assumem maior peso em todas as freguesias, excepto nas Freguesias de Melides e Santa Margarida da Serra, nas quais predominam as famílias nucleares sem filhos. Estes números demonstram desta forma que o isolamento é uma característica importante da população do RMG.

¹⁴ Cálculo feito no rácio: total de pensionistas 1999/ população total residente segundo os resultados finais dos Censos 2001* 100

Quadro 13. Beneficiários titulares do RMG por tipo de família, Maio 2002

Tipo de Família	Freguesias										Total	
	Grândola		Az. Barros		Carvalhal		Melides		S.M.Serra			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nuclear sem Filhos	29	28,4	1	10	2	25	7	50	2	66,7	41	29,9
Nuclear com Filhos	19	18,6	2	20	-	-	-	-	1	33,3	22	16,1
Monoparental Homem c/ Filhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Monoparental Mulher c/ Filhos	19	18,6	2	20	-	-	2	14,3	-	-	23	16,8
Família Extensa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Família Alargada + 1 Núcleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Isolado	35	34,3	5	50	6	75	5	35,7	-	-	51	37,2
Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	102	100	10	100	8	100	14	100	3	100	137	100

Fonte: ISSS- Grândola

Ainda em relação à estrutura familiar, pode-se constatar que as famílias monoparentais – mulheres com filhos – começam já a assumir alguma expressão nas *Freguesias de Grândola* (18,6%), *Azinheira de Barros* (20%) e *Melides* (14,3%), o que talvez se possa explicar por uma maior vulnerabilidade do sexo feminino.

A análise dos beneficiários do RMG por escalões etários nas *Freguesias de Grândola, Melides e Santa Margarida da Serra*, revela uma predominância dos beneficiários com mais de 65 anos em ambos os sexos.

Na *Freguesia de Azinheira de Barros* e no que concerne aos beneficiários masculinos, verifica-se uma predominância dos escalões etários entre os 0-4 anos, os 45-49 anos e os 50-54 anos, todos com uma representação de 18,2%. Nas mulheres as classes etárias mais representativas são as dos 30-34 anos, dos 60-64 anos e as que têm mais de 65 anos, todas com 25%.

Em relação à caracterização etária dos beneficiários na *Freguesia do Carvalhal*, verifica-se que os homens se situam em grande parte no escalão etário entre os 45-49 anos (28,6%), enquanto que as mulheres se situam maioritariamente (66,7%) entre os 60-64 anos.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

Quadro 14. Beneficiários segundo as classes etárias, Maio 2002

Classes Etárias	Freguesias																				Total					
	Grândola				Az. Barros				Carvalhal				Melides				St.ª Marg.ª Serra									
	Masc.		Fem.		Masc.		Fem.		Masc.		Fem.		Masc.		Fem.		Masc.		Fem.		Masc.		Fem.			
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%			
0 - 4	11	11,7	10	7,5	2	18,2	1	12,5	-	-	-	-	1	9,1	-	-	-	-	-	-	-	-	15	11,8	11	6,8
5 - 9	8	8,5	15	11,2	-	-	1	12,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	6,3	16	9,9	
10 - 14	6	6,4	9	6,7	1	9,1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,7	-	-	-	-	-	7	5,5	10	6,2	
15 - 19	4	4,3	14	10,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,7	1	25	-	-	-	5	3,9	15	9,3	
20 - 24	-	-	2	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,2	
25 - 29	3	3,2	2	1,5	1	9,1	-	-	-	-	-	-	1	9,1	-	-	-	-	-	-	-	5	3,9	2	1,2	
30 - 34	6	6,4	9	6,7	-	-	2	25	1	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	5,5	11	6,8	
35 - 39	4	4,3	8	6	-	-	-	-	1	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	3,9	8	5	
40 - 44	2	2,1	8	6	1	9,1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,7	-	-	-	-	-	3	2,4	9	5,6	
45 - 49	4	4,3	5	3,7	2	18,2	-	-	2	28,6	-	-	-	-	1	7,7	-	-	-	-	-	8	6,3	6	3,7	
50 - 54	3	3,2	4	3	2	18,2	-	-	1	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	4,7	4	2,5	
55 - 59	2	2,1	6	4,5	1	9,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	33,3	3	2,4	7	4,3		
60 - 64	11	11,7	10	7,5	-	-	2	25	1	14,3	2	66,7	-	-	3	27,2	-	-	-	-	-	12	9,4	17	10,6	
Mais de 65	30	31,9	32	23,8	1	9,1	2	25	1	14,3	1	33,3	9	81,8	6	54,5	2	50	2	66,7	43	33,8	43	26,7		
Total	94	100	134	100	11	100	8	100	7	100	3	100	11	100	13	100	4	100	3	100	127	100	161	100		

Fonte: ISSS- Grândola

O concelho revela um peso não muito significativo dos beneficiários do RMG face à população total (1,9%) e por freguesia. Santa Margarida da Serra, tem apenas 7 beneficiários, mas que representam 2,9% da sua população. O Carvalhal apresenta os valores mais baixos neste indicador.

Quadro 15. Peso dos Beneficiários face à População Total, por freguesia¹⁵

Freguesia	%
Concelho	1.9
Azinheira de Barros	2.1
Grândola	2.2
Melides	1.3
Santa Margarida da Serra	2.9
Carvalhal	0.6

¹⁵ Dados calculados com base nos beneficiários à data de Maio de 2001 face à população residente em 2001 (Censos 2001- resultados finais)

Crianças e Jovens

Na análise das situações mais problemáticas que afectam as crianças e jovens, apresentada em fases anteriores¹⁶, conclui-se pela interdependência de um conjunto de variáveis, que no seu conjunto, podem actuar como verdadeiros impulsos para um processo de exclusão. Assim, ao nível das famílias, destaca-se o facto dos pais não terem disponibilidade para os filhos (naqueles casos em que, por questões profissionais, existem discrepâncias entre horários profissionais e horários das instituições), assim como a existência de famílias disfuncionais, e a demissão dos pais enquanto intervenientes nas instituições (actuação com indiferença face ao processo educativo dos filhos). Ao nível institucional salienta-se o facto de fazer falta instituições de ATL (principalmente fora da sede de concelho), haver uma insuficiente oferta de creche, falta de respostas profissionais e falta de articulação entre as instituições. Directamente envolvendo as crianças, podendo igualmente manifestar-se como reprodução de práticas inter-geracionais, revelam o analfabetismo e o abandono escolar como questões centrais.

No que se refere aos casos de crianças e jovens em risco, estes podem ser acompanhados no concelho através da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ). Segundo dados relativos ao segundo trimestre do corrente ano, são 35 as crianças seguidas pela CPCJ de Grândola. A participação e sinalização de jovens em risco são maioritariamente feitas por entidades.

As problemáticas que mais abrangem este público são a negligência, os maus tratos físicos, o abandono escolar e outras condutas desviantes.

Destaca-se a existência do Projecto Articulado de Intervenção Precoce promovido pela CerciGrândola para apoio a crianças em risco dos 0 aos 6 anos.

¹⁶ Diagnóstico Social- CLAS de Grândola.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

2.6.2. SAÚDE: fragilidades nos recursos humanos e nos acessos aos serviços¹⁷

Em termos de equipamentos de saúde, Grândola dispõe de 1 Centro de Saúde, cuja unidade Central se localiza na sede de concelho, com quatro extensões de saúde (Azinheira de Barros, Carvalhal, Lousal e Melides). A freguesia de Santa Margarida da Serra, não dispõe, a este nível, de qualquer equipamento de apoio. A unidade central contempla serviço de internamento com 13 camas, sendo a lotação oficial praticada de 7, um serviço de atendimento permanente e um serviço ambulatorio. As extensões apenas dispõem de serviços ambulatorios.

Ao nível da **rede oficial** e para além das consultas de especialidade que são efectuadas no Centro de Saúde, as restantes são referenciadas para os hospitais, de acordo com a natureza das mesmas.

As consultas marcadas no Hospital Conde do Bracial, em Santiago do Cacém, têm cerca de dois meses de espera; as restantes consultas realizam-se no Hospital de Setúbal, com demora média de dois a quatro meses e, nalgumas especialidades, tempo superior, sendo o caso do Otorrino (2 anos) e Oftalmologia (1 ano) e a Estomatologia que só recebe situações clínicas graves.

Os utentes são ainda enviados ao Hospital Ortopédico do Outão (cerca de 6 meses de espera), ao Hospital Garcia da Horta em Almada (consulta de Neurocirurgia e Reumatologia com seis meses de tempo de espera) e, somente em situações muito excepcionais, aos Hospitais Centrais (S. José e Sta. Maria em Lisboa).

Do referido, pode concluir-se que a demora média na marcação de algumas consultas é elevada e em muitas circunstâncias não existe resposta.

Relativamente à **rede convencionada**, é de salientar a inexistente cobertura no concelho ao nível da fisioterapia. Existe apenas um convencionado em Santiago do Cacém que atende em média cerca de 600 utentes/ano, dos quais 400 deslocam-se em ambulância.

¹⁷ Excertos deste ponto foram retirados do Diagnóstico Social/CLAS de Grândola.

A grande distância que os utentes têm que percorrer em nada contribui para a sua recuperação. A grande percentagem dos utentes que faz tratamento de fisioterapia são pessoas idosas com limitações significativas de mobilidade. O facto de terem que fazer deslocações longas e o sistema de transporte da rede viária obrigar a esperas prolongadas, leva a que a deslocação para os tratamentos se torne extremamente desconfortável e penoso para os utentes.

De uma forma geral, pode concluir-se que as especialidades que existem no Centro de Saúde de Grândola são muito limitadas, pelo que a procura deste tipo de serviços se faz fora do concelho. Neste momento, apenas está a funcionar a consulta de Pediatria. Nas consultas de Clínica Geral asseguram-se os programas de medicina geral e familiar, planeamento familiar, saúde infanto-juvenil e saúde materna. Uma opção para breve será o recurso aos serviços prestados pelo novo Hospital de Santiago de Cacém, no entanto, as difíceis acessibilidades que ligam Grândola a este concelho fazem-no equivaler a uma distância similar das actuais opções. Sabendo que muitas das deslocações para Hospital podem contemplar situações de emergência, a distância e as condições da rede viária (principalmente no que respeita à deslocação para Santiago do Cacém) torna-se um factor relevante que impede uma prestação mais pronta e eficaz.

O **apoio a toxicodependentes** revela-se como uma fragilidade do concelho, que não dispõe de um equipamento público de apoio, se bem que os utentes sejam encaminhados para os CAT de Santo André ou de Setúbal. O Centro de Saúde de Grândola dá apoio pontual no programa de metadona. Apenas uma instituição privada desenvolve um serviço exclusivamente orientado para este público, em regime de internamento, destinado essencialmente a utentes residentes fora do concelho.

Existem ainda no concelho outros recursos que dão suporte na prestação de cuidados de saúde, a saber: i) Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Grândola; ii) Associação de Socorros Mútuos Montepio Grandolense; iii) Associação de Bombeiros Voluntários.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

O **Serviço de Internamento** do Centro de Saúde de Grândola dá resposta como “retaguarda” a serviços de saúde mais diferenciados, suporte para situações de agudização de patologias crónicas ou ainda para situações de doença associada a graves problemas sociais. Devido à exiguidade dos números disponíveis pouco se pode inferir, porém é possível emitir alguns pareceres, fruto da vivência diária.

A grande procura centra-se na população idosa (65 e mais) em que, instalada a doença, a dependência, a carência de recursos, procura junto deste serviço respostas às necessidades sentidas e expressas de cada caso.

Nos diferentes sectores e extensões do Centro de Saúde de Grândola trabalham 70 funcionários, havendo ainda uma diferença de 28 relativamente ao número de lugares previstos (98)¹⁸.

A distribuição por grupos profissionais é a que consta no Quadro 16, sendo de realçar as diferenças negativas para o pessoal médico (menos 4 elementos) e de enfermagem (menos 12 elementos).

Em termos de cobertura de médicos por mil habitantes, o Litoral Alentejano apresenta valores muito abaixo da região. Grândola por sua vez aproxima-se da média sub-regional, se bem que muito aquém dos valores verificados em Santiago do Cacém e Sines.

¹⁸ Dados referentes a Novembro de 2002.

Quadro 16. Recursos Humanos por Grupos Profissionais, Novembro de 2002

Grupo de Pessoal	Carreira	Lugares		
		Ocupados	Previstos	Diferença
Pessoal Técnico Superior	Saúde Pública	1	1	0
	Clinica Geral	11	15	- 4
	T. Sup. S. Social	1	1	0
Pessoal de Enfermagem	Enfermagem	15	26	- 11
Pessoal Técnico	Radiologia	1	1	0
	Higienista Oral	1	1	0
Pessoal Técnico Profissional	T. Aux. Sanitário	1	1	0
Pessoal Administrativo	Administrativa	17	19	- 2
Pessoal Operário Qualificado	Operário	0	1	
	Fogueiro	1	1	0
Pessoal Auxiliar e Alimentação	Telefonista	2	2	0
	Motorista de Ligeiros	1	1	0
	Aux. Acção Médica	8	10	- 2
	Ajudante Enfermaria	0	0	0
	Encarregado Sector	0	1	- 1
	Auxiliar Alimentação	3	4	- 1
	Fiel auxiliar despensa	0	0	0
	Operador lavandaria	1	1	0
	Aux. Apoio e Vigilância	7	11	- 4
Pessoal Religioso	Capelão Hospitalar	0	1	- 1
TOTAL		70	98	- 28

Fonte: Centro de Saúde de Grândola

Quadro 17. Médicos por 1000 habitantes, 2000

Alentejo	1,5
Litoral Alentejano	0,9
Grândola	0,8
Alcácer do Sal	0,4
Odemira	0,5
Santiago do Cacém	1,2
Sines	1,4

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2001

2.6.3. Habitação Social: a opção face a um mercado privado inacessível

Os dados de 2000 da CMG, apontam para a existência de 150 famílias inscritas com necessidade de habitação. Face ao número de famílias identificadas nos Censos de 2001, o peso das famílias necessitadas de habitação face ao total de famílias é de 2,7%. De uma amostra realizada a estas famílias concluiu-se que o envelhecimento do parque habitacional estaria na origem da degradação das habitações (naqueles casos em que se identifica ‘verdadeira’ necessidade de habitação). As condições de salubridade e conforto também revelavam ser muito

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

aquém do desejável¹⁹. Apesar de haver um esforço na cobertura por saneamento básico, parecem ser estas as famílias que se situam nas estatísticas como não tendo estas condições mínimas.

A grande parte da promoção de habitação social no concelho foi feita durante as décadas de 70 e 80 (465 fogos). Até 1992, registou-se intervenção significativa a este nível, fosse através de promoção municipal ou de promoção em parceria. Posteriormente a isso, houve um período de estagnação, sendo que pode ser justificativo de alguma procura elevada que possa ocorrer no lançamento de novas iniciativas. Ao abrigo das diferentes modalidades que se inscrevem no conjunto da habitação social existente no concelho, encontram-se 581 famílias, representando face aos dados dos Censos de 2001, 10,3% do total das famílias do concelho.

Neste momento, estão em fase de conclusão ou programados, quer por promoção municipal ou cooperativa, 299 fogos e em fase de atribuição 88 fogos, que poderão suprir as necessidades das famílias que actualmente estão em lista de espera, assim como dar conta de outras necessidades identificadas.

As necessidades de habitação social não se limitam às famílias mais carenciadas mas entendem-se e principalmente pelos jovens que não conseguem aceder ao mercado privado de habitação devido a uma elevada especulação. As únicas opções de habitação económica são oferecidas pela CMG e cooperativas de habitação.

2.7 Sistema Educativo: condições de acesso desiguais. A concentração de equipamentos na sede de concelho

Relativamente à oferta de equipamentos educativos, Grândola dispõe de:

- ❑ 7 Jardins de Infância/ creche;
- ❑ 6 Pré-Escolares Itinerantes;
- ❑ 16 Escolas do Ensino Básico do 1º Ciclo;
- ❑ 1 Escola Básica de 2º e 3º ciclos;

¹⁹ Da amostra, constituída por 42 famílias, 43% dos alojamentos não tinha saneamento básico, 43% sem água canalizada, 38% não tinha instalações sanitárias e 31% dos alojamentos estavam sem electricidade.

- ❑ 2 Escolas Básicas Mediatizadas;
- ❑ 1 Escola Secundária;
- ❑ 1 Escola Profissional Agrícola;
- ❑ 1 Instituto de Estudos Superiores.

A maior parte dos equipamentos educativos está centrada na sede de concelho. Se esta oferta, em menor número, pode ser reflexo de uma fraca dinâmica demográfica, também é certo que é condicionante dessa mesma. Esta concentração, mas também da maior parte de serviços e equipamentos de protecção social e de serviços terciários na vila de Grândola, pode ser explicativo da concentração crescente da população aí verificada, assim como de abandono e diminuição das populações das freguesias rurais, verificada nos últimos censos.

Para as crianças ainda existe um apoio paralelo, muitas das vezes uma opção face à impossibilidade de acesso aos serviços de creche ou jardim de infância, que é o recurso a amas. Identificou-se a existência de 4 amas no Carvalhal, 5 em Grândola e 2 em Melides.

Os jovens que pretendam seguir o ensino secundário, independentemente da freguesia em que residam, têm, inevitavelmente, de ir estudar a Grândola. Não estão garantidas condições iguais de acesso, principalmente se ao problema de distância associarmos um dos problemas apontados pelas instituições que respeita à incompatibilidade entre os horários dos transportes com os horários escolares.

Quadro 18. Distribuição dos equipamentos educativos por freguesia

Equipamentos educativos	Grândola	Carvalhal	Melides	Sta. Margarida da Serra	Azinheira de Barros	TOTAL
Jardim de Infância/ creche	4	1	1	-	1	7
Educação Pré-Escolar Itinerante	5	-	-	1	-	6
Escola Básica do 1º ciclo	8	3	2	1	2	16
Escola Básica Mediatizada	-	-	1	-	1	2
Escola Básica de 2º e 3º ciclos	1	-	-	-	-	1
Escola Secundária	1	-	-	-	-	1
Escola Profissional	1	-	-	-	-	1
Instituto de Estudos Superiores	1	-	-	-	-	1
TOTAL	21	4	4	2	4	35

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

Fonte: Pré-diagnóstico de Grândola

2.8 Equipamentos de Desporto e Lazer

A prática desportiva pode ser um elemento a dinamizar, se se contar com a diversidade da oferta que é igualmente disponibilizada por diferentes entidades, desde a autarquia às associações recreativas e desportivas. Passam a citar-se as diferentes modalidades em presença:

- Futebol
- Atletismo
- Patinagem Artística
- Hóquei em patins
- Basquetebol
- Natação
- Ginástica
- Ginástica desportiva
- Triatlo / Duatlo
- Ciclotorismo
- Columbofilia
- Tiro ao Alvo
- Pesca desportiva
- Tiro prático
- Tiro aos pratos
- Petanca
- BTT
- Karaté

No que se refere à distribuição dos equipamentos, apenas Santa Margarida da Serra não dispõe de qualquer equipamento de desporto e lazer. A maior parte dos equipamentos está concentrada na freguesia do Carvalhal. Esta concentração é, fundamentalmente, devida à presença de um número assinalável de campos de ténis, provavelmente impulsionado pelo investimento turístico que aí se vai revelando. Grândola reserva, para além de uma quantidade relevante, a maior diversidade de equipamentos para a prática de desporto. Melides e Azinheira de

Barros, se bem que dispondo de infra-estruturas a este nível, ficam muito aquém da oferta das outras duas freguesias.

Quadro 19. Distribuição dos equipamentos de desporto e de lazer por freguesia

Equipamentos educativos	Grândola	Carvalhal	Melides	Azinheira de Barros	TOTAL
Campo de Futebol	3	5	1	2	11
Estádio de Futebol	1	-	-	-	1
Polidesportivo	7	2	1	1	11
Pavilhão Gimnodesportivo	1	-	-	-	1
Pavilhão	1	-	-	-	1
Piscina coberta	1	-	-	-	1
Piscina ao ar livre	-	2	2	-	4
Campo de Ténis	-	12	2	-	14
Pista de Atletismo	1	-	-	-	1
Ginásio	1	-	-	-	1
TOTAL	16	21	6	3	46

Fonte: Divisão de Desporto da CMG cit. Pré-Diagnóstico de Grândola

2.9. Recursos Institucionais no domínio social: uma diversidade a potenciar para o Plano de Desenvolvimento Social

Os parceiros da rede social têm uma intervenção bastante abrangente. Procurou-se criar uma tipologia em que fosse possível enquadrar todas as acções desenvolvidas pelas instituições que visem a inserção dos grupos mais vulneráveis ou prevenção de situações de risco. Desta forma, pode dizer-se que a intervenção se dirige com especial enfoque para a acção social, inserção profissional e dinamização sócio-cultural. No entanto, para todos os domínios de intervenção há uma oferta dada por um número importante de instituições.

Estes são recursos que podem ser claramente mobilizados para a implementação do Plano de Desenvolvimento Social, sendo que se exige uma articulação estreita entre instituições que actuam sobre os mesmos domínios, no sentido de evitar a duplicação de intervenções.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

Domínios de Intervenção dos Parceiros da Rede Social

Domínios de Intervenção	Tipologia de acções desenvolvidas
Inserção Profissional	Conjunto de acções ou projectos dinamizados com o intuito de promover a inserção no mercado de trabalho
Formação Profissional	Promoção de acções que visem a aquisição de competências sociais, teóricas e técnicas para o exercício de uma profissão
Educação	Promoção de percursos educativos diferenciados (do pré-escolar ao secundário; do regime normal ao ensino recorrente ou ensino tecnológico e/ou profissional)
Habitação	Requalificação urbana e acesso a habitação
Dinamização sócio-cultural	Actividades culturais, recreativas e de lazer
Acção Social	Acesso a equipamentos e serviços de acção social
Saúde	Conjunto de acções que visem a promoção da qualidade na saúde – geral ou por especialidade
Segurança e Prevenção Criminal	Conjunto de acções que visem a promoção de segurança dos cidadãos ou prevenção de crimes

Nota: Estes dados foram retirados da análise dos recursos das instituições apresentada no pré-diagnóstico da Rede. As categorias criadas não são mutuamente exclusivas pelo que a mesma entidade pode estar enumerada em diferentes domínios de intervenção. Estes dados deverão ser actualizados pelos parceiros.

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.1. EIXOS DE INTERVENÇÃO

É sempre ingrato pensar o desenvolvimento de um território numa dimensão específica, como aquela que constitui o desafio do plano de desenvolvimento social. Para além das questões conceptuais que podem emergir da noção do 'social', não é possível pensar a intervenção numa lógica que não a sistémica, porque é igualmente num sistema de acção concreto que se desenvolvem e emergem as diferentes dinâmicas nesses territórios. Assim, as propostas que se desenvolvem para o PDS de Grândola estão 'penduradas' na lógica específica de intervenção da Rede Social, que visa a luta contra a pobreza e exclusão social, mas porque estes são problemas multidimensionais que não se restringem ao campo do social também se procurou uma visão multi-actuante que procurasse intervir sobre situações visíveis destes fenómenos mas também prevenir situações futuras da sua emergência.

No olhar sobre as dinâmicas sócio-territoriais emergentes e das problemáticas em que urge desenvolver uma intervenção particular, propõe-se que o PDS de Grândola esteja orientado em função de três eixos fundamentais, a saber:

A. Integração Territorial

São deveras conhecidas as dificuldades de mobilidade intra-concelhia que afectam, aos mais diversos níveis, diferentes camadas da população. As debilidades fazem-se sentir quer no que respeita às condições das redes viárias, muitas delas em estado de degradação avançado, e à rede de transportes nem sempre compatível com as necessidades existentes em termos das deslocações que as pessoas visem empreender.

Os jovens que têm de se deslocar para as sedes de freguesia ou sede de concelho para frequentarem a escola ficam condicionados pelo facto de não estarem em situação de acesso similar àqueles que residem nesses lugares. O tempo e as condições de deslocação, associados às diferenças entre os horários escolares e de transporte,

poderão ser um incentivo ao abandono escolar, ao insucesso e à falta de assiduidade. Por outro lado, as pessoas que não têm meio de deslocação próprio e que trabalhem longe do lugar de residência também se integram num dos grupos penalizados pelas condições actualmente existentes em termos de mobilidade. Há ainda aqueles, principalmente os idosos, com fracos recursos económicos, que condicionados por uma deslocação em transporte público, para aceder aos serviços e equipamentos de apoio social ou outros, têm de enfrentar no quotidiano essas dificuldades que em muito contribuem para a diminuição do seu nível de qualidade de vida.

Por outro lado, estas condicionantes ainda podem vir a ser agravadas com a polarização dos investimentos no litoral concelhio. O dito risco de uma sociedade 'a duas velocidades' é, desde já, uma evidência, no entanto é preciso não torná-la numa 'catástrofe'. É preciso, igualmente, intervir numa valorização dos potenciais do concelho contribuindo para a construção de uma imagem identitária que não se confine 'ao Verão nas praias de Grândola'. Também é certo que muitos dos turistas que usufruem do litoral concelhio não o identificarão com o concelho, o que conduzirá à necessidade de construção de uma imagem de *marketing* que vise integrar as diferentes dimensões do potencial turístico que este território apresenta. Os residentes locais terão de se identificar com essa imagem, porque também é com eles que se poderá alcançar o tão almejado desenvolvimento sustentável. Todo o património histórico existente terá de ser revalorizado e dado a conhecer para a população, correndo-se o risco desta valorização não passar de uma intervenção para o exterior, sem ser endogenamente trabalhada com aqueles que continuamente vão construindo a sua vida no concelho.

Visa-se, assim, actuar sobre a mobilidade e a identidade - dois factores considerados fulcrais para a integração territorial.

B. Qualificação das pessoas e das organizações

Os recursos humanos num território são a base para a promoção do seu desenvolvimento. Não basta criar novas infraestruturas ou fazer grandes investimentos económicos se não se levar em consideração aqueles que são a base de um território - as pessoas e as organizações. Este eixo visa actuar sobre diferentes dimensões: uma aproximação das políticas e das organizações aos cidadãos; uma relação mais estreita entre as organizações do foro económico e social de forma a promover um olhar integrado sobre o concelho; e, a qualificação das pessoas como forma de promover a inserção no mercado de trabalho, de prevenir situações de risco de exclusão desse mesmo contexto, de elevar as qualificações das pessoas ao nível que permita tornar Grândola competitiva do ponto de vista económico, mas igualmente que emerja como um contexto inovador do ponto de vista social.

As autarquias têm-se revelado como as estruturas mais próximas dos cidadãos. No entanto, mesmo a este nível, nem sempre existem redes de comunicação que permitam às pessoas participar activamente no desenvolvimento do seu território. É certo que os grandolenses terão conhecimento generalizado sobre os projectos que estão previstos para o litoral concelhio, mas nem sempre terão o mesmo conhecimento sobre outros projectos de impacte igualmente assinalável para os contextos onde residem. Por outro lado, também é conhecido que as condições de acesso a serviços e equipamentos de protecção social ou outros estão limitadas pelas condições de informação e de divulgação dessa mesma informação. Uma das dimensões de actuação subjacentes a este eixo prende-se, efectivamente, com a criação de espaços de informação e de comunicação com os residentes de forma a que estes se sintam cada vez mais próximos do poder decisório e se tornem responsáveis pelos processos de desenvolvimento que entretanto vão tendo decurso.

Numa outra óptica, e em função das necessidades continuamente assinaladas no seio da rede, procura-se estabelecer uma relação mais estreita entre os actores locais do território: não só aqueles que actualmente já constituem esta parceria, mas daqueles que igualmente terão uma voz activa para o impulso do território e que não se restringem ao domínio social. Pretende-se uma relação cada vez mais estreita entre a vertente económica e a social. Um plano com o cariz daquele que se pretende implementar não pode ficar alheio ao impacte dos projectos turísticos no litoral concelhio, nem de outros projectos que possam vir a ser desenvolvidos e que envolvam o recrutamento e qualificação da mão-de-obra. Por outro lado, no que se refere à qualificação reconhece-se uma possível desadequação entre a oferta formativa existente e essas necessidades de mercado de trabalho que tendem a emergir. Só um diálogo estreito entre instituições de formação, entidades empregadoras, e instituições que visem a inserção permite uma actuação integrada e coesa na dupla 'qualificação-inserção'.

C. Aumento e Melhoria dos Recursos e Equipamentos de Apoio Social

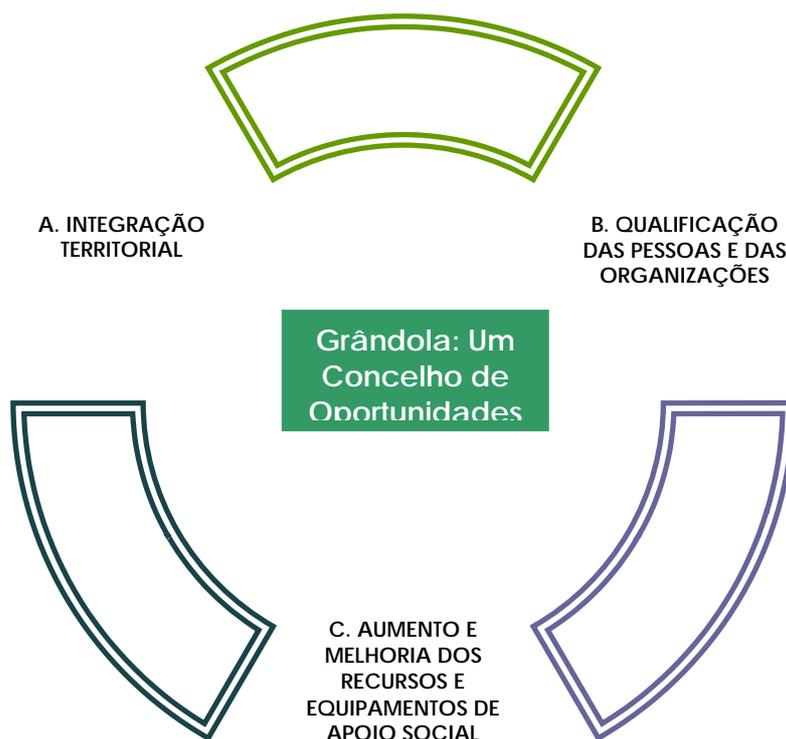
Não se pode dizer que o concelho de Grândola 'peque' por falta de recursos e equipamentos de apoio social. Aqueles equipamentos que permitem dar uma resposta funcionam e deve ser reconhecido o trabalho que técnicos e instituições enveredam no sentido de proporcionar as melhores condições àqueles que vão necessitando dos seus serviços. O que estará em cima da mesa diz respeito à possibilidade de melhoria na prestação dos serviços já existentes, à criação de novos serviços que visem complementar ou melhorar a oferta actual, no fundo à implementação de um conjunto de acções que visem melhorar a qualidade de vida das populações, principalmente aquelas em risco de exclusão ou sub-protegidas.

Assim, ao nível deste eixo considera-se que a actuação deve orientar-se para duas dimensões específicas: uma respeitante à melhoria do

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

sistema de protecção social local essencialmente direccionada para públicos idosos ou dependentes, outra que concerne ao sistema educativo centrado na animação e ocupação dos jovens estudantes do concelho.

Figura 6. Eixos de intervenção



3.2. SUB-OBJECTIVOS

A cada um dos eixos de intervenção propostos faz-se corresponder um conjunto de sub-objectivos, que correspondem ao que se pretende atingir em específico para cada eixo, assim como representa os compromissos dos diferentes parceiros da rede para a possibilidade de implementar os diferentes projectos inerentes a cada um desses sub-objectivos. É certo que nem tudo o que se propõe depende dos parceiros da Rede Social, mas dependerá deles a capacidade de mobilizar outros actores ou mecanismos específicos de financiamento, que se julguem fulcrais para o prosseguimento das intenções que ficam aqui designadas.

Passam assim a descrever-se, por eixos de intervenção, os diferentes sub-objectivos e a sua descrição sumária:

Eixo A. Integração Territorial

Sub-Objectivo A.1. Melhorar as acessibilidades intra-concelhias

Implica um conhecimento exaustivo das condições de mobilidade actuais, assim como a melhoria das redes viárias e da rede de transportes dentro do concelho contribuindo para uma mobilidade das pessoas e mercadorias mais facilitada.

Sub-Objectivo A.2. Promover a valorização do património cultural e edificado

Intenta contribuir para a (re)construção identitária do concelho que vise uma aproximação mais estreita das pessoas ao seu local de residência, possibilitando igualmente a atracção de um público novo de turistas evitando a polarização do turismo no litoral concelhio.

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Eixo B. Qualificação das pessoas e das organizações

Sub-Objectivo B.1. Promover uma ligação mais estreita das organizações com as pessoas

Visa a criação de espaços de aproximação dos cidadãos ao poder decisório, assim como a sua implicação nos projectos de desenvolvimento em decurso. Implica a existência de uma rede local de informação que permita ao cidadão aceder aos elementos/serviços mais variados existentes ao seu dispor no concelho.

Sub-Objectivo B.2. Articular a formação com as necessidades do mercado de trabalho

Adequa a dimensão económica com a social, através da criação de alguns mecanismos que visem uma comunicação estreita a estes níveis que permita a promoção de uma oferta formativa adequada às necessidades do mercado de trabalho, assim como uma maior capacidade de inserção sócio-profissional para aqueles, que por diferentes ordens de razões, não conseguem emprego local. É uma intenção que não se cinge ao domínio restrito da formação profissional, mas igualmente se estende à actuação das escolas locais.

Eixo C. Aumento e Melhoria dos Recursos e Equipamentos de Apoio Social

Sub-Objectivo C.1. Criar condições de suporte à prestação de cuidados e potenciação de respostas programadas para a população idosa, dependente ou portadora de deficiência

Procura-se melhorar e potenciar as respostas existentes, de forma a agir sobre as necessidades identificadas através do Diagnóstico Social. Paralelamente, criam-se novas respostas integradas que possam actuar também de uma forma mais preventiva. Para além das respostas a criar

importa dar continuidade a alguns projectos já delineados mas não totalmente viabilizados.

Sub-Objectivo C.2. Promover uma intervenção integrada ao nível do desenvolvimento educativo e social das crianças e jovens do concelho

Visa a criação de uma rede de equipamentos e serviços com o intuito de ocupar os jovens nos seus tempos livres. Sendo esta uma das lacunas mais veemente assinaladas, considera-se que esta pode ser uma intervenção que actue na prevenção e diminuição do abandono e insucesso escolar.

3.3. PROJECTOS

Para cada um dos sub-objectivos definidos previamente procurou-se delinear um conjunto de projectos que foram considerados como estruturantes para o concelho. Salvo casos pontuais, são projectos que visam uma actuação multidimensional e com impactes visíveis após a implementação do plano, ou seja, a médio e longo prazo. A grande debilidade que pode ser apontada é que, muitos deles dependem de financiamento exterior à parceria implantada, se bem que se apontem possíveis vias de financiamento, em muito confinadas às diferentes possibilidades ao dispor através do QCA III. No entanto, todos dependem da capacidade de mobilização dos parceiros para a consecução das diferentes intenções prescritas. Dependem ainda da capacidade de cada um destes parceiros se responsabilizar efectivamente pela execução das acções que no decurso da implementação do plano vão sendo delimitadas. No fundo, depende da capacidade efectiva de funcionamento da Rede Social de Grândola.

Por cada eixo e sub-objectivo, passam a enunciar-se os diferentes projectos, sendo que serão seguidamente expostos em maior pormenor.

Eixo A. Integração Territorial

Sub-Objectivo A.1. Melhorar as acessibilidades intra-concelhias

Projecto A.1.1. Estradas com Qualidade

Identificar as vias de acesso intra-concelhias em estado de degradação de forma a melhorar as suas condições, possibilitando um acesso mais facilitado das pessoas e mercadorias às sedes de freguesia e de concelho.

Projecto A.1.2. Transportes de Qualidade

Elaborar um Plano de Transportes concelhio que contemple as necessidades dos habitantes do concelho e que se traduza numa maior oferta- em quantidade e qualidade dos transportes intra-concelhios.

Sub-Objectivo A.2. Promover a valorização do património cultural e edificado

Projecto A.2.1. À descoberta do Concelho

Divulgar, promover e criar condições para a implementação de circuitos turísticos no concelho que visem a valorização do património político, cultural e edificado.

Eixo B. Qualificação das pessoas e das organizações

Sub-Objectivo B.1. Promover uma ligação mais estreita das organizações com as pessoas

Projecto B.1.1. Gabinetes e Fóruns do Cidadão

Visa dotar as freguesias de espaços de comunicação e informação entre as organizações e os residentes, possibilitando uma maior aproximação aos serviços, equipamentos e projectos de cada território em particular.

Projecto B.1.2. Conselho Económico e Social do concelho

Criar um espaço de discussão entre actores sociais e económicos que permita pensar estrategicamente o desenvolvimento do concelho.

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Sub-Objectivo B.2. Articular a formação com as necessidades do mercado de trabalho

Projecto B.2.1. Formação e Inserção

Desenvolver um espaço de discussão entre entidades empregadoras, entidades de formação, de inserção e escolas, de forma a possibilitar a oferta de formação adequada às necessidades do mercado de trabalho, evitar a duplicação de intervenções formativas, criar uma aproximação assídua das escolas às empresas.

Eixo C. Aumento e Melhoria dos Recursos e Equipamentos de Apoio Social

Sub-Objectivo C.1. Criar condições de suporte à prestação de cuidados e potenciação de respostas programadas para a população idosa, dependente ou portadora de deficiência

Projecto C.1.1. Intervenção articulada à população Idosa e/ou Dependente

Visa melhorar a prestação de cuidados a esta população, criando condições de segurança, dando formação específica a técnicos e a prestadores de cuidados, alargando o serviço de apoio domiciliário para uma cobertura semanal e melhorando as condições de habitabilidade.

Projecto C.1.2. Novos serviços de protecção social

Tem o intuito de potenciar respostas já programadas e de criar novas respostas de apoio social essencialmente vocacionadas para públicos idosos ou dependentes.

Sub-Objectivo C.2. Promover uma intervenção integrada ao nível do desenvolvimento educativo e social das crianças e jovens do concelho

Projecto C.2.1. Conviver para Crescer

Visa articular as respostas existentes de apoio aos jovens de forma a promover a sua ocupação, assim como possibilitar um acompanhamento multidisciplinar.

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Eixo A. Integração Territorial

Sub-Objectivo A.1. Melhorar as acessibilidades intra-concelhias

PROJECTO A.1.1. ESTRADAS COM QUALIDADE

São conhecidas as debilidades em termos da mobilidade intra-concelhia em muito advindas do estado de degradação acentuada a que foram sendo votadas algumas estradas de ligação entre os lugares/ aldeias e as sedes de freguesia/ concelho. A não ser desenvolvida qualquer intervenção neste domínio é previsível o aumento da tendência polarizadora da sede de concelho em termos de atracção da população e o abandono continuado das pessoas em procura de condições melhores fora do concelho. Nem tudo se resolve com a melhoria das acessibilidades na medida em que se se mantiver a tendência tímida em termos de criação de emprego, principalmente no que respeita ao emprego qualificado, dificilmente a intervenção nas estradas resolve o problema. No entanto, há públicos particulares que serão sempre directamente implicados nesta intervenção se tivermos em consideração a tendência acentuada de envelhecimento que se regista nos lugares com menor densidade populacional. A qualidade das estradas tem impactes directos sobre a qualidade de vida das populações, porque têm o acesso facilitado aos bens e serviços de que, regularmente, vão necessitando, sem terem de mudar o seu estilo de vida e a sua residência habitual.

Objectivos:

- Diminuir o tempo de deslocação entre os lugares e sedes de freguesia/ concelho
- Aumentar a mobilidade intra-concelhia

Acções:

- Desenvolver um estudo sobre o estado das estradas de ligação intra-concelhia
- Identificar as vias de acesso prioritárias em termos de intervenção em complemento com as necessidades identificadas no estudo sobre as mobilidades previstas no Projecto: TRANSPORTES DE QUALIDADE
- Intervir sobre as estradas consideradas prioritárias

Entidades Promotoras:

- CMG
- IEP

Público-alvo:

- População residente nos lugares que não as sedes de freguesia e de concelho

Beneficiários:

- Toda a população e visitantes do concelho

Possíveis Instrumentos de Financiamento:

- PO Acessibilidades e Transportes. Medida 2.1. Reforço da Coesão Nacional
- PO Alentejo (Melhorar a mobilidade e intercomunicabilidade regional)

Indicadores de monitorização:

- Tempo de deslocação inicial entre cada lugar identificado e a sede de freguesia/ concelho vs. Tempo de deslocação após a intervenção
- Nº de kms de via intervencionados/ previstos

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Impactes previstos a médio-longo prazo:

- Deslocações mais facilitadas e rápidas entre os diferentes lugares do concelho
- Melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Eixo A. Integração Territorial**Sub-Objectivo A.1. Melhorar as acessibilidades intra-concelhias****PROJECTO A.1.2. TRANSPORTES DE QUALIDADE**

A acrescentar às debilidades nos acessos intra-concelhios inclui-se o carácter desadequado entre os transportes existentes e os movimentos que se vão estabelecendo para as sedes de freguesia e de concelho. É certo que poderá estar associada a esta desadequação alguma visão economicista que não deve deixar de estar em cima da mesa. No entanto, é certo que só é possível melhorar a qualidade de vida daqueles que não têm autonomia nas suas deslocações pela oferta de condições de transporte frequentes e rápidas. No caso dos jovens estudantes em particular, um dos grupos-chave implicados neste projecto, facilmente se deduz que tendo condições de acesso similares no sistema educativo, para aqueles que residem a alguma distância da escola, as condições de sucesso não serão, inevitavelmente, idênticas. Por tudo isto, urge criar novas alternativas de transporte e uma maior diversidade na oferta, de forma a que as pessoas se possam mais facilmente deslocar para suprir as suas necessidades do quotidiano.

Objectivos:

- Aumentar as deslocações diárias intra-concelhias pela promoção de novas alternativas de transporte
- Aumentar a mobilidade intra-concelhia

Acções:

- Desenvolver um estudo sobre as mobilidades intra-concelhias
- Desenhar o Plano Concelhio de Transportes
- Implementar uma rede de transportes urbanos de ligação das sedes de freguesia aos lugares e à sede de concelho (ex. mini-bus ou táxis colectivos em complemento com os transportes já existentes)

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Entidades Promotoras:

- CMG
- Empresa de Transportes Públicos (Rodoviária do Alentejo) e outras empresas às quais possa ser adjudicado o serviço da rede de transportes urbanos.

Público-alvo:

- População residente nos lugares que não as sedes de freguesia e de concelho

Beneficiários:

- Toda a população e visitantes do concelho.

Possíveis Instrumentos de Financiamento:

- PO Acessibilidades e Transportes (Medida 2.2. Melhoria da Qualidade do Sistema de Transportes)
- PO Alentejo (melhorar a mobilidade e a intercomunicabilidade regional)

Indicadores de monitorização:

- Capacidade de captação de novos públicos nos transportes (%) traduzida na relação entre os passageiros actuais e os advindos da intervenção

Impactes previstos a médio-longo prazo:

- Pode ter um efeito complementar na diminuição do abandono escolar e de outros problemas relacionados com a existência de um desfasamento dos horários dos transportes com os horários escolares;
- Melhoria da qualidade de vida da população em geral.

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Eixo A. Integração Territorial

Sub-Objectivo A.1. Melhorar as acessibilidades intra-concelhias

PROJECTO A.2.1. À DESCOBERTA DO CONCELHO

Todas as apostas estratégicas no concelho parecem dirigir-se para os projectos turísticos que estão previstos no litoral. No entanto, essas são iniciativas que poderão não ser apropriadas pelos residentes de Grândola. Não parece haver uma identidade específica do concelho a não ser aquela que vem sendo sempre acentuada e que se relaciona com o 25 de Abril e a famosa música de Zeca Afonso. Há um outro conjunto de recursos históricos no concelho que podem ser potenciados com o intuito de dar uma outra dinâmica turística que atenuar os já conhecidos efeitos nefastos de um turismo de Verão que tem vindo a prevalecer.

Objectivos:

- Contrariar as tendências de polarização do turismo no litoral atraindo novos públicos para todo o concelho
- Contribuir para a criação de uma identidade assente nas potencialidades do património existente

Acções:

- Inventariação do património histórico do concelho (cultural, natural, simbólico e edificado);
- Construção de roteiros turísticos do concelho (em articulação com o *marketing* turístico da Costa Azul)- em formato 'panfleto' e criação de um *web site* que possibilite um conhecimento das potencialidades do concelho como serviços de interesse turístico (restaurantes, hotéis, lojas de artesanato, horários dos serviços, contactos das pessoas que podem apresentar o património identificado, etc.), reservas de alojamento e compras de produtos locais *on line* (que permita a distribuição e comercialização dos produtos);

- Potenciação das condições para que os roteiros possam ser operacionalizados através da reabilitação dos percursos;
- Criação de um Centro de Interpretação Turística na sede de concelho;
- Potenciação e incentivo de novas actividades económicas complementares e inerentes à actividade turística (nomeadamente através do Gabinete de Apoio ao Empresário²⁰, ou mesmo das iniciativas de criação do próprio emprego), como por exemplo: turismo radical, artesanato local, gastronomia local, etc. (algumas destas iniciativas poderão advir do conhecimento tido da 'tradição' do concelho levantada no processo de inventariação do património histórico do concelho). Deve ser dado especial enfoque para jovens à procura de primeiro emprego e adultos desempregados.

Entidades Promotoras:

- CMG
- Região de Turismo da Costa Azul
- Associação das Regiões de Turismo do Alentejo
- Centro de Emprego de Alcácer do Sal
- ADREG
- ADL
- Associações recreativas e culturais
- Escolas

Público-Alvo:

- Residentes no concelho em geral e dos concelhos mais próximos, em particular;
- Novos empresários (jovens à procura do 1º emprego e adultos desempregados).

²⁰ Refira-se que o concelho de Grândola irá ser inserido na Rede de Gabinetes de Apoio ao Empresário da Península de Setúbal e que este tipo de iniciativas podem potenciar o seu funcionamento mais activo.

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Beneficiários:

- População e novos turistas do concelho.

Possíveis Instrumentos de Financiamento:

- PO Cultura. Medida 2.2. Utilização das Novas Tecnologias da Informação para acesso à cultura
- PO Alentejo (valorizar as condições ambientais e do território)
- PETER (no âmbito da candidatura em fase de elaboração)
- SIVETUR (Sistema de Investimentos de Vocação Estratégica para o Turismo)
- LEADER+

Indicadores de monitorização:

- Capacidade de captação de novos públicos, traduzido na relação entre nº de turistas/ano alojados nas unidades turísticas na fase inicial e após implementação do projecto (pode ser especificado pelas unidades turísticas sitas no interior concelhio excluindo as da faixa litoral, com outro tipo de públicos)
- Nº de visitantes do *web site* criado
- Percursos reabilitados/ previstos para reabilitação
- Nº de novas empresas criadas e nº de postos de trabalho advindos da criação dessas empresas

Impactes previstos a médio-longo prazo:

- Contribuirá para atenuar a tendência de polarização do turismo no litoral concelhio dando conta de outras possibilidades alternativas de turismo centradas na valorização do património histórico concelhio;
- Possibilitará uma maior valorização e identificação dos residentes com o concelho;

- Pode permitir a fixação de jovens pela via da criação de novas iniciativas empresariais complementares ou inerentes à actividade turística, como possibilitar a inserção sócio-profissional de desempregados pela promoção do próprio emprego.

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Eixo B. Qualificação das pessoas e das organizações

Sub-Objectivo B.1. Promover uma ligação mais estreita das organizações com as pessoas

PROJECTO B.1.1. GABINETES E FÓRUNS DO CIDADÃO

Cada vez mais se apela a uma democracia participativa sem estarem, no entanto, garantidas as condições para que tal se efective. Grândola combina um conjunto alargado de projectos para os quais os seus residentes poderão não estar a par e não se sentirem envolvidos e mobilizados para a sua prossecução. É importante provocar esse envolvimento de forma a que os investimentos não fiquem alheios às pessoas e que estas possam ter um contributo efectivo na delimitação das estratégias de desenvolvimento para o seu território. É fundamental que os cidadãos tomem parte do projecto colectivo que permita dar um impulso do ponto de vista sócio-económico ao concelho. Para isso, há que criar as ditas condições de participação. Os Gabinetes de Apoio Técnico que emergiram em função de projectos específicos no concelho, começam a tomar essa forma de aproximação à população que em muito emerge das necessidades que entretanto surgiram e não de uma estratégia concertada para o efeito. Poderá assim, aproveitar-se os recursos já existentes a título experimental, alargando posteriormente a oferta de serviços específicos aos residentes de todo o concelho.

Objectivos:

- Aproximar os cidadãos ao poder decisório, envolvendo-os nos projectos delimitados para o concelho
- Possibilitar um acompanhamento mais facilitado das pessoas a serviços e equipamentos existentes

Acções:

- Criar uma linha telefónica de atendimento ao cidadão

- Criar uma linha de atendimento via *Internet*
- Criar espaços de atendimento ao público, possibilitando, igualmente, a apresentação dos diferentes projectos em decurso no concelho (sejam ou não directamente promovidos pela CMG) e dos diferentes recursos e equipamentos existentes (podendo começar a funcionar nos actuais espaços dos Gabinetes de Apoio Técnico e Juntas de Freguesia, em regime de atendimento não permanente)
- Desenvolver fóruns por freguesia, com periodicidade a acordar, que permitam a apresentação dos projectos do concelho assim como a sua discussão por parte dos seus residentes.

Entidades Promotoras:

- Todos os parceiros da rede

Público-alvo:

- Toda a população residente no concelho

Beneficiários:

- Toda a população residente no concelho

Possíveis Instrumentos de Financiamento:

- PO Sociedade da Informação (informatização das autarquias)

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Indicadores de monitorização:

- N° de atendimentos telefónicos efectivados/ previstos
- N° de consultas *Internet* realizadas/ previstas
- N° de encaminhamentos a entidades realizados/ previstos
- N° de fóruns realizados/ previstos
- N° de pessoas participantes nos fóruns

Impactes previstos a médio-longo prazo:

- Um melhor conhecimento da população relativamente ao concelho e o incentivo a um maior envolvimento dos cidadãos na vida da comunidade;
- A voz activa dos cidadãos poderá vir a ser equivalente na sua responsabilização para a vida activa da comunidade pelo que este projecto poderá proporcionar uma maior dinâmica dos residentes do concelho no desenvolvimento do seu território.

Eixo B. Qualificação das pessoas e das organizações

Sub-Objectivo B.1. Promover uma ligação mais estreita das organizações com as pessoas

PROJECTO B.1.2. CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL DO CONCELHO

O pensar e o agir colectivamente nem sempre são feitos de forma estratégica que vise imprimir a mudança dos territórios. Obviamente que a mudança vai ocorrendo mas por diferentes caminhos que não são pensados por um colectivo. De forma a impulsionar essa reflexão, emerge a necessidade de se criar este projecto que tem como intuito fundamental o de reunir 'à mesma mesa' um conjunto de actores sociais (dos mais diversos domínios de intervenção) para reflectirem sobre o concelho.

Objectivos:

- Potenciar uma reflexão colectiva sobre o desenvolvimento do concelho de Grândola
- Incentivar a participação dos actores sociais nos processos decisórios

Acções:

- Reflectir sobre estratégias de desenvolvimento para o concelho
- Programar e implementar projectos estruturantes que visem uma perspectiva de longo prazo
- Avaliar da possibilidade, e criar espaços de discussão para implementação do orçamento participativo

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Entidades Promotoras:

- Parceiros da Rede Social
- Outros actores sociais do concelho

Público-alvo:

- Instituições privadas e públicas com intervenção directa no concelho

Beneficiários:

- Toda a população residente do concelho

Possíveis Instrumentos de Financiamento:

- Sem custos previstos

Indicadores de Monitorização:

- Número de reuniões realizadas/ a realizar por ano

Impactes previstos a médio-longo prazo:

- Prevê-se que este projecto venha a provocar uma maior implicação das instituições na construção do desenvolvimento do concelho, assim como possa vir a potenciar uma maior participação no desenvolvimento e implementação de projectos.

Eixo B. Qualificação das pessoas e das organizações**Sub-Objectivo B.2. Articular a formação com as necessidades do mercado de trabalho****B.2.1. FORMAÇÃO E INSERÇÃO**

A desadequação entre os percursos formativos e as necessidades existentes no mercado de trabalho é um tema longamente discutido. Também já é antiga a aceção da não linearidade na relação entre formação e inserção. Parece ser certo, facto que em espaços rurais como Grândola tende a ser agravado, que a desqualificação da mão-de-obra é uma realidade e que essa tem consequências directas na produtividade e competitividade empresarial. A formação ao longo da vida aparece como mote, no entanto, não basta assinalarem-se intenções, é necessário que quer trabalhadores, quer empresas identifiquem e apropriem a necessidade de qualificação para o desenvolvimento de um território.

A ligação entre o domínio empresarial e o domínio qualificacional urge ser impulsionado, principalmente em contextos como o de Grândola em que vai havendo alguma dificuldade de renovação da mão-de-obra existente, e em que a tendência de abandono por parte dos jovens do concelho em busca de alternativas de emprego exógenas parece continuar a ser uma realidade. Não se pode ficar alheio aos projectos turísticos do litoral concelhio e do impacte directo e indirecto na criação de emprego. Por tudo isto, cada vez mais se aponta a necessidade de oferecer percursos formativos e educativos que visem a inserção dos jovens nesses projectos. A criação de uma escola de formação turística não é uma ideia nova na medida em que já estaria prevista a sua implantação para Setúbal. No entanto, acredita-se que o facto destes projectos terem lugar, na sua maioria, no concelho de Grândola, que as escolas e entidades de formação deverão estar preparadas para as novas dinâmicas que se avizinham. Não será necessária a criação de uma nova estrutura formativa mas sim a potenciação das estruturas já existentes. A Escola Secundária de Grândola já vem desenvolvendo há algum tempo

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ofertas de ensino tecnológico com capacidade de inserção no mercado de trabalho dos seus jovens estudantes, pelo que se podem vir a potenciar novas ofertas. No caso da Escola Agrícola de Grândola, pelo facto da agricultura ter vindo a manifestar um decréscimo acentuado em termos de capacidade de emprego, sendo igualmente uma actividade pouco apelativa para os jovens, acredita-se estar na altura de poder proporcionar novas ofertas formativas para os jovens do concelho e de fora dele. Justifica-se a potenciação e articulação das estruturas já existentes e não a criação de uma nova estrutura com duração limitada no tempo.

É fundamental que o contexto profissional se aproxime das escolas. Algumas experiências interessantes neste domínio são de destacar, como a Feira de Orientação e Juventude do Litoral Alentejo, promovida pelas escolas secundárias. O trazer-se as profissões às escolas parece revelar-se como um passo relevante a dar no sentido de aproximar os jovens aos contextos futuros de inserção.

No fundo, torna-se urgente uma comunicação estreita com as empresas de forma a que se conheçam as grandes debilidades quer em termos da oferta quer em termos da procura de emprego, de forma a que as entidades que actuam no terreno possam estar capazes de dar respostas em função das necessidades identificadas.

Objectivos:

- Possibilitar a inserção dos residentes locais nos projectos económicos em decurso
- Melhorar as qualificações da mão-de-obra local
- Contribuir para a fixação de jovens no concelho

Acções:

- Realizar **fóruns de emprego e formação** com a presença de actores económicos e outros que actuem neste domínio com vista a pensar a formação e a inserção de forma estratégica para o concelho;
- Identificar necessidades de emprego procurando encaminhar desempregados e jovens à procura do 1º emprego para as novas ofertas que vão surgindo;
- Desenvolver um **plano integrado de formação** procurando: identificar necessidades de formação procurando proporcionar ofertas adequadas às necessidades do mercado de trabalho; analisar desajustamentos entre a formação oferecida e os perfis funcionais requeridos pelas empresas- imprimindo novas reajustamentos nos currículos escolares e profissionais; inventariar recursos e ofertas promovidas pelas entidades de formação; articular ofertas potencialmente inseridas na mesma lógica de intervenção de forma a evitar duplicação de acções; e, estabelecer prioridades de formação de acordo com os resultados advindos dos fóruns de emprego e formação e delimitar ofertas entre as diferentes entidades formadoras
- Promover oferta específica de formação/ ensino profissional no domínio do turismo de acordo com as necessidades advindas das discussões
- Criar circuitos de comunicação que visem uma apresentação das **empresas nas escolas** e a **deslocação dos alunos às empresas** (seleccionar empresas de acordo com o seu carácter inovador ou tradicional, com a sua capacidade de renovação de mão-de-obra e de emprego local), com apresentação: dos processos de produção, dos perfis funcionais, dos produtos finais, das questões de qualidade e inovação, dos circuitos de comercialização e distribuição, etc. Procurar promover visitas de estudo a empresas de acordo com os ciclos de ensino.
- Promover circuitos integrados de visitas de estudo inter-escolas
- Promover um programa de estágios no concelho para jovens que concluem ou não o ensino universitário

Entidades Promotoras:

- AEAL

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Associação de Comércio e Serviços da Península de Setúbal – delegação de Alcácer do Sal
- Representantes dos grandes empreendimentos turísticos
- Entidades formadoras: ADREG, Centro de Formação de Santiago do Cacém, CerciGrândola, INESLA, Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, Casa do Povo de Azinheira de Barros
- Centro de Emprego de Alcácer do Sal
- Escolas

Público-Alvo:

- População activa do concelho
- Jovens à procura do 1º emprego
- Desempregados
- Jovens e crianças estudantes das escolas do concelho

Beneficiários:

- População activa do concelho
- Jovens à procura do 1º emprego
- Desempregados
- Jovens e crianças estudantes das escolas do concelho

Possíveis Instrumentos de Financiamento:

- PO Emprego Formação e Desenvolvimento Social (diferentes linhas consoante as necessidades verificadas)
- PO Economia

Indicadores de monitorização:

- N° de jovens e desempregados inseridos através do FÓRUM DE EMPREGO E FORMAÇÃO
- N° de fóruns realizados/ previstos
- N° de formandos alvo de intervenções formativas/ previstos
- Jovens estudantes que tenham como ambição um percurso profissional na área do turismo, abrangidos por novas ofertas/ previstos
- N° de novos cursos criados/ a criar
- N° de alunos inseridos no mercado de trabalho/ a inserir
- N° de visitas de estudo realizadas/ previstas
- N° de apresentações de empresas nas escolas realizadas/ previstas
- N° de estágios criados/ previstos

Impactes previstos a médio-longo prazo:

- A existência de uma rede de comunicação entre entidades empregadoras, formadoras e de inserção poderá permitir a inserção dos locais nos postos de trabalho criados assim como será um primeiro passo para a qualificação generalizada da população activa do concelho;
- Prevê-se que a qualificação integrada dos recursos humanos do concelho venha a possibilitar a inserção profissional de jovens e desempregados, assim como melhorar a performance profissional dos activos e conseqüentemente aumentar os níveis de produtividade e de competitividade das empresas do concelho;
- Promover oferta específica de formação/ ensino profissional no domínio do turismo de acordo com as necessidades advindas da discussão inerente ao FÓRUM DE EMPREGO E FORMAÇÃO;
- Poderá possibilitar a inserção dos jovens nas empresas do concelho assim como a valorização dos potenciais económicos que no longo prazo

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

poderão vir a incentivá-los a criar as suas próprias iniciativas empresariais em Grândola;

- Contribuirá para uma maior valorização do concelho por parte dos jovens.

Eixo C. Aumento e Melhoria dos Recursos e Equipamentos de Apoio Social

Sub-Objectivo C.1. Criar condições de suporte à prestação de cuidados e potenciação de respostas programadas para a população idosa, dependente ou portadora de deficiência

PROJECTO C.1.1. INTERVENÇÃO ARTICULADA À POPULAÇÃO IDOSA OU DEPENDENTE

Na fase de discussão inicial sobre possíveis áreas de intervenção, um dos domínios dizia respeito aos públicos idosos ou dependentes. Pelas lacunas em termos de resposta, pela necessidade de articulação das respostas existentes, e pela capacidade de potenciação da Rede Social para a implementação deste tipo de intervenção, julgou-se que este seria um projecto a desenvolver no futuro.

A tendência de envelhecimento, associada a esperanças de vida mais elevadas, conduzem à necessidade de criação de respostas para um público mais alargado. No entanto, há outro tipo de públicos, que não sendo necessariamente um grupo em expansão, coloca problemas similares em termos de actuação, a saber, o público portador de deficiência e os dependentes, na generalidade. O isolamento físico e social agregado às condições de insegurança, a problemas específicos ao nível dos cuidados de saúde e as más condições de vida que atingem estes grupos dão o mote para este projecto.

Objectivos:

- Criar condições e um ambiente de segurança à população idosa e/ou dependente do concelho;
- Qualificar pessoal que presta cuidados à população idosa ou dependente;

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Contribuir para a melhoria das condições de habitabilidade da população idosa e/ou dependente.

Acções:

- Implementar um Núcleo de Idosos em Segurança (NIS), com o suporte das forças de segurança;
- Implementar o Programa “Telefone de Segurança”;
- Promover formação e informação interinstitucional de forma a desenvolver e promover competências para a promoção da segurança dos idosos e divulgar às instituições alvo;
- Promover formação a Dirigentes, Técnicos, Auxiliares de Instituições e prestadores informais com intervenção na área dos idosos e/ou dependentes;
- Avaliar as condições de habitabilidade da população-alvo e intervir nas habitações avaliadas e consideradas prioritárias.

Entidades Promotoras:

- GNR
- IPSS's e equiparadas
- CMG
- Juntas de Freguesia
- ISSS
- Centro de Saúde
- INESLA

Público-Alvo:

- Dirigentes, técnicos e auxiliares que prestam cuidados aos idosos ou dependentes
- Prestadores informais
- População idosa ou dependente do concelho

Beneficiários:

- População idosa ou dependente do concelho

Possíveis Instrumentos de Financiamento:

- Programa de Luta contra a Pobreza
- POEFDS
- CMG
- Juntas de Freguesia
- IPSS's e equiparadas

Indicadores de monitorização:

- N° de telemóveis oferecidos/ previstos
- N° de habitações remodeladas/ a remodelar
- N° de habitações intervencionadas/ a retirar barreiras arquitectónicas
- N° de técnicos e auxiliares previstos formados/ a formar
- N° de prestadores informais previstos formados/ a formar

Impactes previstos a médio-longo prazo:

- Melhoria da qualidade de vida dos idosos ou dependentes traduzida numa sinalização e acompanhamento constantes a este público
- Maior articulação entre os prestadores informais e as instituições que prestam cuidados a estes públicos

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Eixo C. Aumento e Melhoria dos Recursos e Equipamentos de Apoio Social

Sub-Objectivo C.1. Criar condições de suporte à prestação de cuidados e potenciação de respostas programadas para a população idosa, dependente ou portadora de deficiência

C.1.2. NOVOS SERVIÇOS DE PROTECÇÃO SOCIAL

Em paralelo com a proposta de uma intervenção integrada à população idosa ou dependente, há um conjunto de respostas programadas e novas respostas em termos de protecção social a este público que se revelam como prioritárias em termos de intervenção. Trata-se de oferecer um conjunto de serviços ao nível de cada freguesia, procurando uma maior aproximação às pessoas que necessitam destes serviços. É certo que, actualmente, os acessos a estes serviços se vão fazendo, mas com limitações pela sua não generalização em termos equitativos a todo o território concelhio. Daí a criação de novas infra-estruturas ou de criação de condições para funcionamento de infra-estruturas em desenvolvimento se revelar como uma dimensão de actuação de forma a promover a equidade no acesso a serviços, para toda a população do concelho.

Objectivos:

- Potenciar respostas programadas
- Criar respostas sociais integradas

Acções:

- Criar condições para o funcionamento dos projectos em construção: Lar de Idosos em Melides, Residência de Idosos no Lousal;

- Impulsionar a construção e funcionamento dos equipamentos em projecto: Lar para deficientes em Grândola, Centro de Dia e Apoio Domiciliário em Santa Margarida da Serra;
- Procurar a aprovação do projecto, construção e funcionamento do Centro Comunitário do Carvalhal;
- Articulação com o Projecto 'Uma Vida Inteira' impulsionando a criação dos Clubes Seniores em zonas do concelho sem resposta ao nível de espaços de encontro/ convívio e na dinamização dos espaços já existentes;
- Implementação de um Projecto de Voluntariado no âmbito do apoio à população idosa ou dependente;
- Atingir a cobertura de todo o concelho por Serviços de Apoio Domiciliário Integrado, a funcionar 12 horas por dia e 7 dias por semana;
- Elaboração de um Projecto para construção de um Lar para Grandes dependentes com uma valência de alojamento temporário;
- Elaboração de projectos para criação de um Centro de Noite em cada freguesia, que permitam minimizar os problemas de insegurança e do isolamento físico e social, em articulação com as valências existentes. Estes projectos podem passar pela reabilitação dos espaços existentes;
- Elaboração de um projecto para criação de uma Unidade de Vida Protegida, destinada a 7 utentes com doença mental crónica clinicamente estabilizada. Este projecto pode passar pela reabilitação dos espaços existentes;
- Elaboração de um projecto para a criação de uma Unidade Residencial para pessoas com deficiência. Este espaço dará resposta a deficientes e quando se justificar às suas famílias.

Entidades Promotoras:

- IPSS's e equiparadas
- CMG
- Juntas de Freguesia

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- ISSS
- Centro de Saúde
- Envolve directamente as seguintes IPSS's: Casa do Povo de Melides, Casa do Povo de Azinheira de Barros, CerciGrândola, Associação de Solidariedade e Desenvolvimento de Santa Margarida da Serra 'A Flor da Serra', Centro Social do Carvalhal.

Público-Alvo:

- IPSS's e seus técnicos
- População Idosa ou dependentes

Beneficiários:

- População Idosa ou dependentes

Possíveis Instrumentos de Financiamento:

- ISSS
- POEFDS
- CMG
- Juntas de Freguesia
- IPSS's e entidades equiparadas
- Entidades promotoras dos novos projectos a implementar

Indicadores de monitorização:

- Coberturas actuais dos SADI's/ no fim da intervenção

- Taxas de cobertura dos serviços de apoio à população idosa ou dependente actuais/ após a intervenção
- Nº de clubes seniores criados/ a criar
- Nº de voluntários abrangidos pelo projecto/ a abranger
- Equipamentos criados ou implementados/ a criar ou a implementar

Impactes previstos a médio-longo prazo:

- Prevê-se que o aumento da cobertura dos serviços à população idosa ou dependente crie condições para a melhoria da sua qualidade de vida, traduzida quer numa melhor prestação dos cuidados de saúde e de apoio social.

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Eixo C. Aumento e Melhoria dos Recursos e Equipamentos de Apoio Social

Sub-Objectivo C.2. Promover uma intervenção integrada ao nível do desenvolvimento educativo e social das crianças e jovens do concelho

PROJECTO C.2.1. CONVIVER PARA CRESCER

Este projecto surge com o intuito de rentabilizar os recursos existentes de modo a resolver alguns dos problemas existentes ao nível organizacional. Por outro lado, procura actuar sobre as causas dos problemas dos jovens ao promover um acompanhamento contínuo e sobre as suas consequências, através da promoção de actividades e de ocupação dos tempos livres dos jovens.

Objectivos:

- Possibilitar o acesso generalizado das crianças e jovens à rede de actividades de lazer e ocupação a criar
- Prevenir situações de risco na infância e juventude

Acções:

- Proceder ao levantamento de todos os equipamentos e serviços existentes
- Promover a ligação entre os equipamentos e serviços existentes. Criar uma 'rede' de equipamentos e serviços com vista a proporcionar actividades de lazer e de ocupação de tempos livres a crianças (a partir dos 6 anos) e jovens, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e do trabalho. Estes equipamentos podem revestir várias formas, de acordo com as potencialidades existentes e com o modelo de intervenção que se considere mais adequado às necessidades de cada local, nomeadamente: para acolhimento e inserção (animação de rua, actividades de porta aberta, ...),

para a prática de actividades especializadas (clubes desportivos, bibliotecas, ludotecas, ateliers de expressão, ...) e para multiactividades (CATL).

- Criar espaços de intervenção nos locais onde não existam
- Potenciar a ocupação dos tempos livres através do acompanhamento de equipas multidisciplinares. Enquanto se procede à consolidação da 'rede' devem ser estruturadas equipas multidisciplinares que façam o acompanhamento das crianças e dos jovens que frequentem os espaços, nomeadamente no âmbito da educação para a saúde e da orientação escolar e profissional.

Entidades Promotoras:

- Associações culturais e desportivas
- CMG (Biblioteca/ Estúdio Jovem)
- Juntas de Freguesia
- Escolas
- CPCJ
- SMFOG
- ADREG (Casa do Jovem)
- Ludoteca
- IPSS's e equiparadas

Público-Alvo:

- Todas as entidades que exerçam intervenção sobre o público jovem (as entidades promotoras, em particular)
- Jovens e crianças do concelho

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Beneficiários:

- Jovens e crianças do concelho
- Famílias com jovens e crianças nos agregados

Possíveis Instrumentos de Financiamento:

- POEFDS (promoção do desenvolvimento social)
- PO Educação (Sociedade da Informação)
- PO Cultura (Utilização de Novas Tecnologias da Informação para acesso à cultura)
- ISSS

Indicadores de monitorização:

- Taxa de cobertura actual vs Taxa de cobertura a atingir
- Taxa de cobertura atingida/ prevista
- Nº de utilizadores dos equipamentos e serviços/ previstos
- Nº de jovens seguidos pelas equipas multidisciplinares/ previstos

Impactes previstos a médio-longo prazo:

- Prevenir-se-á o abandono escolar e a desocupação dos jovens pela via da ocupação dos tempos livres e orientação escolar e profissional no decurso do seu percurso de vida

- Permitirá intervir precocemente sobre os problemas dos jovens evitando o abandono escolar e percursos desviantes que poderiam vir a ser tomados como percursos alternativos de vida

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Quadro 20 . Síntese do Plano de Desenvolvimento Social

Eixos	Sub-objectivos	Projectos
A. Integração Territorial	A.1. Melhorar as acessibilidades intra-concelhias	A.1.1. Estradas com Qualidade
		A.1.2. Transportes de Qualidade
	A.2. Promover a valorização do património cultural e edificado	A.2.1. À descoberta do Concelho
B. Qualificação das pessoas e das organizações	B.1. Promover uma ligação mais estreita das organizações com as pessoas	B.1.1. Gabinetes e Fóruns do Cidadão
		B.1.2. Conselho Económico e Social do concelho
	B.2. Articular a formação com as necessidades do mercado de trabalho	B.2.1. Formação e Inserção
C. Aumento e Melhoria dos Recursos e Equipamentos de Apoio Social	C.1. Criar condições de suporte à prestação de cuidados e potenciação de respostas programadas para a população idosa, dependente ou portadora de deficiência	C.1.1. Intervenção articulada à população Idosa e/ou Dependente
		C.1.2. Novos serviços de protecção social
	C.2. Promover uma intervenção integrada ao nível do desenvolvimento educativo e social das crianças e jovens do concelho	C.2.1. Conviver para Crescer

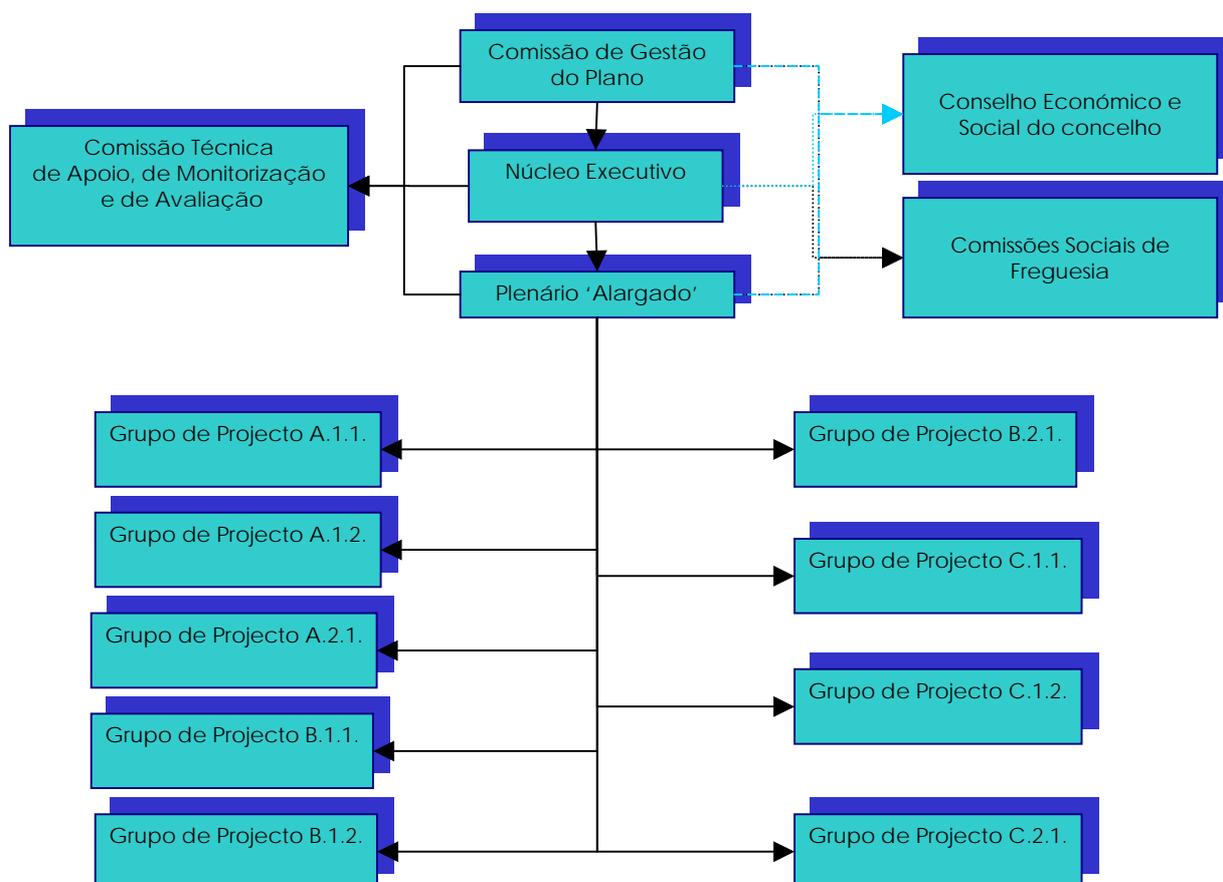
4. MODELO ORGANIZACIONAL

4. MODELO ORGANIZACIONAL

O PDS de Grândola não contempla simplesmente a estrutura actualmente existente ao nível da parceria da Rede Social. Exige novos desafios do ponto de vista da acção, mas também ao nível da organização interna que se prevê ser alargada para actores que não aqueles que se restringem à parceria instalada. As propostas não se cingem à extensão ou alargamento dos actores envolvidos, mas igualmente a uma reorganização interna que possibilite a delimitação concisa, a implementação e a monitorização dos diferentes projectos propostos.

As formas organizativas propostas dizem respeito não apenas à elaboração do Plano de Desenvolvimento e Plano de Acção mas também a monitorização do processo de concretização desses mesmos planos e de desenvolvimento da Rede Social em Grândola.

Figura 7. Modelo Organizacional para Implementação e Monitorização do PDS de Grândola



Considera-se que uma estrutura participada - de decisão e monitorização da acção- permitirá aumentar a eficácia e eficiência do processo de execução e que a distribuição equilibrada de responsabilidades permitirá que todos, e cada um, saiba qual o seu papel na estrutura global.

Assim propõe-se uma estrutura constituída por:

- **Comissão de Gestão do Plano** onde estão representadas as entidades promotoras e a quem compete o nível de decisão estratégica sobre a condução da rede Social. Esta comissão é coadjuvada pelo:
- **Núcleo Executivo**, com competências técnicas, e a quem compete a orientação e gestão quotidiana do processo. Não se trata de criar uma nova estrutura na medida em que essa já existe em termos da estrutura interna da Rede Social, mas apenas de a situar no processo de gestão do PDS de Grândola;
- No **Plenário Alargado** estarão presentes todos os mandatados pelos serviços, instituições e grupos de população envolvidos pelo Plano de Desenvolvimento social (Plenário aberto a outros actores);
- Os **Grupos de Projecto** constituídos pelas entidades promotoras dos projectos, têm como função assegurar a execução dos projectos definidos no PDS e concretizar os planos de acção por projecto.

Considera-se ainda de grande utilidade a organização de:

- **Conselho Económico e Social do Concelho**, que não é uma estrutura própria do Plano de Desenvolvimento Social, mas antes teria uma representação do conjunto de projectos e programas que, de forma mais estruturante, estão a ser executados no Concelho. Há todo o interesse que esta comissão represente, não apenas os vários interesses socio-políticos mas também as várias facetas do desenvolvimento: forças económicas, sociais, culturais, ambientais, etc. É uma estrutura que está contemplada enquanto projecto, na medida em que implica o envolvimento e trabalho conjunto de actores provindos das mais diversas áreas do social.
- **Comissão Técnica de Apoio, Monitorização e Avaliação**: a esta comissão estariam cometidas as funções técnicas de organização da formação e da

4. MODELO ORGANIZACIONAL

avaliação do percurso da rede e dos seus Planos de Acção. Essa pode incluir elementos dos outros órgãos da Rede Social e peritos externos.

Deve salientar-se que outra das estruturas da rede, que até ao momento ainda não teve implementação e que urge reflectir sobre a sua constituição, nomeadamente, as **Comissões Sociais de Freguesia**. Estas podem começar a ser dinamizadas através dos Fóruns do Cidadão, previstos no Projecto B.1.1., e devem funcionar como elos de ligação dos actores sociais com a população residente em cada um dos territórios. Não são estruturas que impliquem custos, mas apenas capacidade organizacional que caberá, a nível interno, discutir acerca das suas condições de implementação. Estas Comissões deverão, igualmente, estabelecer um elo de ligação com outras estruturas propostas, nomeadamente, a Comissão Técnica de Apoio, Monitorização e Avaliação do Plano, o Conselho Económico e Social do Concelho e o Plenário Alargado. Caberá a estas comissões darem conta das dinâmicas sócio-territoriais emergentes, assim como validar a pertinência das propostas inseridas no PDS de Grândola. Funcionarão como 'antenas de alerta' sobre situações de risco de pobreza e exclusão, procurando introduzir medidas de excepção e de correcção ao Plano a desenvolver.

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Para a actualização constante do diagnóstico do concelho e como forma de sistematização da informação estatística caracterizadora da situação, foi proposta, pelo IDS, a realização de um Sistema de Informação, de base concelhia. Este Sistema contempla um conjunto de variáveis e indicadores, distribuídos por diferentes áreas de intervenção. A equipa que constitui a Rede Social foi actualizando essa base, em função da informação existente a nível local, pelo que o sistema que se propõe vai além da proposta inicialmente desenvolvida pelo IDS. No quadro... apresenta-se o conjunto de variáveis, indicadores e fontes de recolha de dados que irão 'alimentar' esse sistema.

Como é óbvio não se pretende que a actualização da informação venha a ocupar tempo em excesso às instituições que as iniba da prossecução dos projectos previstos. O que se procura é que as instituições sejam capazes de organizar a informação disponível, com alguma frequência (mensal/ trimestral/ semestral, de acordo com a disponibilidade dos serviços) de forma a ser possível desenvolver uma caracterização constante das dinâmicas concelhias, e que a análise dos dados existentes permita accionar medidas sempre que as necessidades e problemas existentes assim o justifiquem.

Esta informação pode ser centralizada na Câmara Municipal de Grândola, possibilitando o acesso à informação a todos os residentes do concelho e interessados, através da sua disponibilização no próprio *Web Site* existente, ou outro a criar. Dessa forma, permitir-se-á que outras instituições concelhias possam vir a disponibilizar informação igualmente relevante no seio da Rede Social, que se prevejam novos indicadores e variáveis pertinentes mas não contemplados nesta fase inicial, que todos possam conhecer para intervir sobre o território. Em paralelo, pode haver uma actualização do percurso da Rede Social em Grândola, disponível *on line*: desde os seus estatutos, à sua constituição, à apresentação do Plano e ponto de situação relativo ao desenvolvimento dos projectos.

Quadro 21. Base de Indicadores e Variáveis do Sistema de Informação de Grândola

Dimensão de análise	Indicadores	Fontes	Temporalidade de recolha
Territorial	Número de Freguesias (variável de caracterização)	INE	Entre Censos (ex. 2001/1991)
	Tipologia das freguesias (urbana, rural, semi-urbana) (variável de caracterização)	INE	Entre Censos (ex. 2001/1991)
Demográfica	Evolução da População residente segundo o sexo, escalão etário, nível de instrução, por freguesia	INE	Anual ou Entre Censos
	Evolução da População residente segundo a nacionalidade e sexo, por freguesia	INE	Anual ou Entre Censos
	Índice de Envelhecimento, por freguesia e concelho (cruzado com unidades territoriais mais alargadas: NUT II, NUTIII, Continente)	INE	Anual
	Taxa de Crescimento Anual Médio, por freguesia e concelho (cruzado com unidades territoriais mais alargadas: NUT II, NUTIII, Continente)	INE	Entre Censos
	Esperança de Vida à Nascimento, por freguesia e concelho (cruzado com unidades territoriais mais alargadas: NUT II, NUTIII, Continente)	INE	Anual
	Taxa de Fecundidade, por freguesia e concelho (cruzado com unidades territoriais mais alargadas: NUT II, NUTIII, Continente)	INE	Anual
	Taxa de Crescimento Migratório, por freguesia e concelho (cruzado com unidades territoriais mais alargadas: NUT II, NUTIII, Continente)	INE	Entre Censos
	Taxa de Crescimento Natural, por freguesia e concelho (cruzado com unidades territoriais mais alargadas: NUT II, NUTIII, Continente)	INE	Entre Censos
	Taxa de Mortalidade, por freguesia e concelho (cruzado com unidades territoriais mais alargadas: NUT II, NUTIII, Continente)	INE	Anual
	Evolução da concentração urbana (população isolada, população residente nos grandes aglomerados urbanos, noutros aglomerados)	INE	Entre Censos
	Evolução da população segundo a dimensão dos lugares, por freguesia	INE	Entre Censos

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Quadro 21. Base de Indicadores e Variáveis do Sistema de Informação de Grândola (cont.)

Dimensão de análise	Indicadores	Fontes	Temporalidade de recolha
Habitação	Evolução inter-censitária do número de alojamentos segundo o tipo, formas de ocupação dos alojamentos familiares clássicos e o tipo de edifícios onde se situam estes últimos enquanto 1ª residência, por freguesia	INE	Entre Censos
	Evolução inter-censitária do número de alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo as instalações existentes (electricidade, instalações sanitárias, banho ou duche, etc.) por freguesia	INE	Entre Censos
	Nº de fogos em construção ou construídos (mas por atribuir) para habitação social/ Nº de famílias em espera para habitação social (Nº de fogos necessários), por freguesia e concelho	Câmara Municipal	Anual
	Média de habitantes em fogos de habitação social, por freguesia e concelho	Câmara Municipal/ IGAPHE	Anual
	Número de habitantes de fogos de habitação social por classe etária (a comparar com a estrutura etária da população), por freguesia e concelho	Câmara Municipal/ IGAPHE/ INE	Anual
	Número de habitantes de fogos de habitação social por tipo de famílias (a comparar com a distribuição da população por tipo de famílias), por freguesia e concelho	Câmara Municipal/ IGAPHE/ INE	Anual
	Número de licenças para construção por atribuir/ Número de licenças de construção atribuídas	Câmara Municipal	Anual
	Número de licenças para melhoria/ reabilitação das habitações por atribuir/ Número de licenças para melhoria/ reabilitação das habitações atribuídas	Câmara Municipal	Anual

Quadro 21. Base de Indicadores e Variáveis do Sistema de Informação de Grândola (cont.)

Dimensão de análise	Indicadores	Fontes	Temporalidade de recolha
Educação	Estabelecimentos escolares, segundo o ensino ministrado (variável de caracterização)	Ministério da Educação/ Câmara Municipal/ INE	Anual
	Evolução dos alunos matriculados segundo o ensino ministrado	Ministério da Educação	Anual
	Evolução dos alunos matriculados por ano de escolaridade/ ciclos de ensino	Ministério da Educação	Anual
	Pessoal docente, segundo o ensino ministrado (variável de caracterização)	Ministério da Educação	Anual
	Taxa de insucesso escolar por ciclo de ensino, por concelho e NUTII, NUTIII, Continente	Ministério da Educação	Anual
	Taxa de abandono escolar por ciclo de ensino, por concelho e NUTII, NUTIII, Continente	Ministério da Educação	Anual
	Evolução do número de alunos em Ensino Recorrente	Ministério da Educação	Anual
	Evolução do número de alunos com apoios educativos especiais	Ministério da Educação	Anual
	Taxa de cobertura pré-escolar por freguesia, concelho, NUTII, NUTIII, Continente	Carta Social	?
	Taxa de cobertura dos centros de ATL por freguesia, concelho, NUTII, NUTIII, Continente	Carta Social	?
	Taxa de cobertura de amas e creches	Carta Social	?
	Média etária dos alunos por ano de escolaridade e ensino ministrado	Ministério da Educação	Anual
	Evolução dos alunos com frequência do ensino superior fora do concelho	INOFOR	?

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Quadro 21. Base de Indicadores e Variáveis do Sistema de Informação de Grândola (cont.)

Dimensão de análise	Indicadores	Fontes	Temporalidade de recolha
Saúde	Hospitais, Centros de Saúde e extensões (variável de caracterização)	INE	Anual
	Taxa de mortalidade infantil	INE	Anual
	Taxa de mortalidade peri-natal	INE	Anual
	Evolução do número de médicos por 1000 habitantes	INE	Anual
	Média de consultas por habitante	INE	Anual
	Farmácias por 1000 habitantes	INE	Anual
	Camas por 1000 habitantes	INE	Anual
	Taxa de ocupação	INE	Anual
	Tempo médio de espera para consulta por especialidade	Hospitais	-
	Distância média ao Hospital mais próximo	INE	Anual
	Tempo médio de deslocação ao Hospital mais próximo (ambulância e viatura própria)	-	-
	Evolução do número de pacientes alvo de acidente de aviação	Hospitais e Centros de Saúde locais	-
	Evolução do número de pacientes por tipologia de doença/ razão de consulta	Hospitais e Centros de Saúde locais	-
	Número de Centros de Análise Clínica e Centros de Fisioterapia (variável de caracterização)	-	-
	Evolução do número de casos de doença mental	Centro de Saúde	-
	Evolução do número de toxicodependentes por sexo, idade, habilitações e zona de residência	CAT Santo André	-
	Taxa de cobertura dos equipamentos de apoio a toxicodependentes	CAT Santo André	-
	Relação entre pessoal médico e enfermeiro existente/ previsto	Centro de Saúde	-
Estrutura das actividades económicas	Evolução do número de explorações segundo a dimensão da SAU (Superfície Agrícola Utilizada)	INE	-
	Evolução das empresas segundo a dimensão e CAE	INE/ Quadros de Pessoal	Anual
	Trabalhadores segundo idade, sexo, habilitações, qualificações e CAE	INE/ Quadros de Pessoal	Anual
	Taxa de actividade	INE	Anual

Quadro 21. Base de Indicadores e Variáveis do Sistema de Informação de Grândola (cont.)

Dimensão de análise	Indicadores	Fontes	Temporalidade de recolha
Emprego/ Desemprego	Evolução da população activa por sexo, escalão etário e nível de escolaridade	INE	Anual e Entre Censos
	Evolução da população residente, segundo a situação na profissão, sexo, idade e escolaridade	INE	Anual e Entre Censos
	Evolução da população residente empregada, segundo o sector de actividade económica por idade, sexo e nível de escolaridade	INE	Anual e Entre Censos
	Peso das principais categorias socio-profissionais na população activa com profissão (CNP)	INE	Anual e Entre Censos
	Evolução do número de trabalhadores por conta de outrem, por sectores de actividade, segundo sexo, idade, habilitações e qualificações	INE	Anual e Entre Censos
	Evolução do número de empregos criados por local da sede de empresas e sector da actividade económica	Quadros de Pessoal	Anual
	Evolução do número de empresas que encerraram a sua actividade por local da sede de empresas, sector da CAE e número de trabalhadores dispensado	Quadros de Pessoal	Anual
	Taxa de desemprego por concelho, NUTII, NUTIII e Continente	IEFP	Mensal
	Evolução do número de desempregados inscritos no Centro de Emprego, segundo o grupo profissional do último emprego, sexo e idade	IEFP	Mensal
	Evolução do número de desempregados segundo categorias (1º emprego, novo emprego)	IEFP	Mensal
	Categorias profissionais com maior oferta de emprego (variável de caracterização)	IEFP	Mensal
	Categorias profissionais com maior procura de emprego (variável de caracterização)	IEFP	Mensal
	Evolução do número de desempregados por tempo de procura	IEFP	Mensal
	Evolução do número de desempregados portadores de deficiência por tipo de deficiência	Quanti, SNRIPD	?
	Taxa de cobertura da formação face ao total de desempregados	IEFP	Mensal
Rácio do número de formandos desempregados inseridos no mercado de trabalho/ Número total de formandos desempregados	IEFP	Mensal	

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Quadro 21. Base de Indicadores e Variáveis do Sistema de Informação de Grândola (cont.)

Dimensão de análise	Indicadores	Fontes	Temporalidade de recolha
Emprego/ Desemprego	Oferta de cursos de formação profissional segundo o tipo de curso, sexo, idade e nível de instrução dos formandos	IEFP, Entidades acreditadas pelo INOFOR	-
	Taxa de desempregados inseridos em Programas de Inserção (estágios e outros)	IEFP	Mensal
Acção Social - Idosos e Dependentes	Número de equipamentos de apoio aos idosos: lares, residências, centros de dia, centros de convívio, apoio domiciliário (variáveis de caracterização)	Carta Social	-
	Taxas de cobertura dos equipamentos de apoio aos idosos: lares, residências, centros de dia, centros de convívio, apoio domiciliário	Carta Social	-
	Peso dos portadores de deficiência e incapacitados permanentes para o trabalho face à população total	ISSS	-
	Evolução do número de portadores de deficiência, por tipo de deficiência, sexo, escalão etário e nível de instrução	CerciGrândola	-
	Peso dos indivíduos portadores de deficiência beneficiários de prestações sociais face ao total de beneficiários de prestações sociais	ISSS	-
	Peso dos pensionistas face à população total por concelho, NUTII, NUTII e Continente	ISSS	-
	Rendimento médio dos pensionistas	ISSS	-
	Peso dos pensionistas com mais de 65 anos face ao total de pensionistas	ISSS	-
	Peso das pensões de sobrevivência face ao total de pensionistas.	ISSS	-
	Peso dos subsídios mensais vitalícios face ao total de pensões	ISSS	-

Quadro 21. Base de Indicadores e Variáveis do Sistema de Informação de Grândola (cont.)

Dimensão de análise	Indicadores	Fontes	Temporalidade de recolha
Acção Social - Crianças e Jovens	Evolução do número de crianças apoiadas pelas CPM/ CPCJ por local de residência, sexo e idade	CPCJ	Mensal
	Evolução do número de processos instaurados: caracterização por sexo, idade, escolaridade das crianças e jovens apoiadas pelas CPM/ CPCJ	CPCJ	Mensal
	Evolução do número de processos instaurados: problemáticas detectadas nas crianças e jovens apoiadas pelas CPM/CPCJ (variável de caracterização)	CPCJ	Mensal
	Evolução do número de processos instaurados: tipos de famílias com quem vivem as crianças e jovens acompanhados pelas CPM/CPCJ	CPCJ	Mensal
	Evolução do número de processos instaurados: medidas aplicadas pelas CPM/ CPCJ aos jovens e crianças	CPCJ	Mensal
	Evolução do Número de processos finalizados por ano de abertura e término do processo e número de crianças/ jovens abrangidos	CPCJ	Mensal

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Quadro 21. Base de Indicadores e Variáveis do Sistema de Informação de Grândola (cont.)

Dimensão de análise	Indicadores	Fontes	Temporalidade de recolha
Acção Social- Beneficiários do RSI/ RMG	Tipos de famílias (comparação da sua evolução)/ população total	IDS/ ISSS	Semestral
	Meios de vida dos agregados familiares (comparação da sua evolução)	IDS/ ISSS	Semestral
	Evolução dos beneficiários segundo o sexo, idade e nível de instrução	IDS/ ISSS	Semestral
	Evolução do número de processos entrados e avaliados (deferidos não cessados, indeferidos, cessados, suspensos)	IDS/ ISSS	Semestral
	Evolução do número de processos cessados por motivo de cessação	IDS/ ISSS	Semestral
	Evolução do número de titulares segundo sexo, idade e nível de instrução	IDS/ ISSS	Semestral
	Evolução dos acordos de inserção, pessoas envolvidas e beneficiários dispensados de inserção profissional por motivo	IDS/ ISSS	Semestral
	Evolução do número de projectos Faina aprovados por tipo de actividade	IDS/ ISSS	Semestral
	Evolução dos beneficiários por área de inserção	IDS/ ISSS	Semestral
	Evolução dos beneficiários inseridos em acções de inserção por área discriminada	IDS/ ISSS	Semestral
	Rácio dos beneficiários inseridos em acções de inserção/ N° Total de beneficiários	IDS/ ISSS	Semestral
	Peso dos beneficiários do RMG face à população total por concelho, NUTII, NUTIII e Continente	IDS/ ISSS	Semestral
Associativismo e equipamentos desportivos e recreativos	Número de associações, equipamentos e utentes por tipo de actividade	Câmara Municipal/ Associações	Anual
Outros indicadores	Rendimento médio per capita por concelho, NUTII, NUTIII e Continente	Quadros de Pessoal	Anual
	Índices de Desenvolvimento Humano (ONU)	DAPP/MP	1998
	Evolução do número de imigrantes segundo a nacionalidade e ano de entrada em Portugal e no concelho	Juntas de Freguesia e CMG	A criar

6. SISTEMA DE IMPLEMENTAÇÃO,
MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO
PLANO

A questão central que se coloca nos processos de planeamento não é tanto a da definição dos projectos, mas a da sua implementação. Um plano não é mais do que a estruturação de intenções políticas que visarão a mudança de um território. No entanto, nunca há o garante efectivo da sua implementação. Essa depende das vontades daqueles que o delimitam, dos recursos existentes, da capacidade organizacional interna, dos financiamentos possíveis, etc. Este é, sem dúvida, um pequeno passo do processo. Os outros grandes passos serão dados no tempo, por todos aqueles que constituem a parceria da Rede Social.

Considera-se que para a prossecução do plano urge dar conta das questões fundamentais que emergem da sua implementação, monitorização e avaliação.

Ao nível da **implementação**, considera-se fundamental a consideração dos seguintes pressupostos:

- Capacidade de organização dos grupos de projecto
- Disponibilização de recursos técnicos, financeiros e outros indispensáveis à execução dos projectos

A partir deste momento, devem organizar-se os grupos de projecto que são, como referido, os responsáveis directos da execução de cada projecto em particular. Para cada projecto devem ser definidos planos de acção, com uma periodicidade anual, cujos conteúdos se propõem:

- Delimitação concreta e exaustiva das acções a desenvolver por projecto
- Indicação das tarefas associadas a cada acção e as entidades locais responsáveis pela execução de cada acção/ tarefa em particular
- Enumeração precisa dos recursos necessários para a prossecução de cada acção
- Elaboração de orçamentos por acção e gerais por projecto (para cada ano a que corresponde o plano de acção)
- Delimitação dos pressupostos inerentes à execução de cada acção
- Delimitação concisa das metas a atingir, com identificação dos prazos específicos a que se reportam essas metas, por projecto/ acção
- Indicação dos instrumentos de financiamento
- Elaboração de cronogramas por acção

6. SISTEMA DE IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A **monitorização**, que se traduz no acompanhamento do PDS, e a sua **avaliação** (final/ de resultados ou de longo prazo/ de impactes) dependem das seguintes condições:

- Relação contínua entre grupos de projecto que permita a criação da Comissão de Gestão do Plano, com a Comissão Técnica de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação, com o Conselho Económico e Social e com o Núcleo Executivo
- Realização de um acompanhamento constante por parte dos grupos de projecto

A Comissão Técnica de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação do PDS deverá:

- Realizar relatórios anuais de acompanhamento dos projectos, pelo que se exige dos grupos de projecto a realização de relatórios de execução de cada um dos projectos;
- Monitorizar a relação de eficiência, eficácia e equidade do PDS face às dinâmicas sócio-territoriais emergentes, dando aconselhamento de novas orientações que devem ser introduzidas no decurso do processo;
- Providenciar a actualização dos dados que permitirão 'alimentar' o Sistema de Informação e fazer actualizações do diagnóstico de Grândola;
- Desenvolver o Relatório Final do PDS, no final de 2007, dando orientações para o futuro e dando conta das possíveis estratégias para a mudança a imprimir no concelho face ao período que se prossegue;
- Avaliar o impacte do PDS ao longo do tempo: desde o decurso das acções à sua continuidade, finalização e num período de médio-longo prazo após o término da execução dos projectos previstos (tempo aconselhável - 3 a 5 anos).

No quadro que se segue sistematizam-se os indicadores de monitorização que foram sendo propostos ao longo da apresentação dos projectos, assim como se referem possíveis indicadores de impacte a construir para avaliar cada eixo de

intervenção.

6. SISTEMA DE IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Quadro 22. Modelo de avaliação e monitorização do PDS de Grândola

Eixos de Intervenção	Indicadores de Impacte	Projectos	Indicadores de monitorização e acompanhamento
A. Integração Territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Variação dos fluxos pendulares intra-concelhios • Variação da população nos lugares que não as sedes de freguesia e de concelho • Variação do emprego nos lugares que não as sedes de freguesia e de concelho 	A.1.1. Estradas com Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo de deslocação inicial entre cada lugar identificado e a sede de freguesia/ concelho vs. Tempo de deslocação após a intervenção • N° de kms de via intervencionados/ previstos
		A.1.2. Transportes de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de captação de novos públicos nos transportes (%) traduzida na relação entre os passageiros actuais e os advindos da intervenção
		A.2.1. À descoberta do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de captação de novos públicos, traduzido na relação entre nº de turistas/ano alojados nas unidades turísticas na fase inicial e após implementação do projecto (pode ser especificado pelas unidades turísticas sitas no interior concelho excluindo as da faixa litoral, com outro tipo de públicos) • N° de visitantes do web site criado • Percursos reabilitados/ previstos para reabilitação • N° de novas empresas criadas e nº de postos de trabalho advindos da criação dessas empresas

Quadro 22. Modelo de avaliação e monitorização do PDS de Grândola (cont.)

Eixos de Intervenção	Indicadores de Impacte	Projectos	Indicadores de monitorização e acompanhamento
B. Qualificação das pessoas e das organizações	<ul style="list-style-type: none"> • Variação no Índice de Desenvolvimento Económico • Variação do emprego • Variação do desemprego • Variação dos Jovens, com mais de 18 anos, residentes no concelho 	B.1.1. Gabinetes e Fóruns do Cidadão	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de atendimentos telefónicos efectivados/ previstos • Nº de consultas Internet realizadas/ previstas • Nº de encaminhamentos a entidades realizados/ previstos • Nº de fóruns realizados/ previstos • Nº de pessoas participantes nos fóruns
		B.1.2. Conselho Económico e Social do concelho	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões realizadas/ a realizar por ano
	<ul style="list-style-type: none"> • Variação das taxas de actividade feminina • % da população com escolaridade superior à Escolaridade Mínima Obrigatória face à população com escolaridade inferior • Variação da média dos rendimentos • Variação do Índice de Poder de Compra Concelhio 	B.2.1. Formação e Inserção	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de jovens e desempregados inseridos através do FÓRUM DE EMPREGO E FORMAÇÃO • Nº de fóruns realizados/ previstos • Nº de formandos alvo de intervenções formativas/ previstos • Jovens estudantes que tenham como ambição um percurso profissional na área do turismo, abrangidos por novas ofertas/ previstos • Nº de novos cursos criados/ a criar • Nº de alunos inseridos no mercado de trabalho/ a inserir • Nº de visitas de estudo realizadas/ previstas • Nº de apresentações de empresas nas escolas realizadas/ previstas • Nº de estágios criados/ previstos

6. SISTEMA DE IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Quadro 22. Modelo de avaliação e monitorização do PDS de Grândola (cont.)

Eixos de Intervenção	Indicadores de Impacte	Projectos	Indicadores de monitorização e acompanhamento
C. Aumento e Melhoria dos Recursos e Equipamentos de Apoio Social	<ul style="list-style-type: none"> • Variação da cobertura dos equipamentos sociais por concelho e freguesia • Variação das situações de famílias de risco de exclusão • Variação das taxas de abandono escolar por ciclos de ensino • Variação das taxas de insucesso escolar por ciclo de ensino 	C.1.1. Intervenção articulada à população Idosa e/ou Dependente	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de telemóveis oferecidos/ previstos • Nº de habitações remodeladas/ a remodelar • Nº de habitações intervencionadas/ a retirar barreiras arquitectónicas • Nº de técnicos e auxiliares previstos formados/ a formar • Nº de prestadores informais previstos formados/ a formar
		C.1.2. Novos serviços de protecção social	<ul style="list-style-type: none"> • Coberturas actuais dos SADI's/ no fim da intervenção • Taxas de cobertura dos serviços à população idosa ou dependente actuais/ após a intervenção • Nº de clubes seniores criados/ a criar • Nº de voluntários abrangidos pelo projecto/ a abranger • Equipamentos criados/ a criar
		C.2.1. Conviver para Viver	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de cobertura actual vs Taxa de cobertura a atingir • Taxa de cobertura atingida/ prevista • Nº de utilizadores dos equipamentos e serviços/ previstos • Nº de jovens seguidos pelas equipas multidisciplinares/ previstos